



UnB

Instituto de Ciência Política

Monografia em Ciência Política

Professor Paulo Nascimento

Universidade de Brasília

Nacionalismo Árabe ou Pan-Arabismo: facetas de um movimento difuso

Bruno Ferreira de Melo- 14/0080546

Brasília

2018

Sumário

1. Introdução	3
2. Nação e Nacionalismo	4
3. Origens do Nacionalismo Árabe	11
4. As duas grandes guerras e o nascimento do inimigo comum	17
4.1 O Iraque como farol do Nacionalismo	19
4.2 A Palestina como elo de união árabe	22
5. O início dos embates com Israel	28
5.1 O nascimento e a consagração da figura de Nasser como líder	31
5.2 A crise do Suez	34
5.3 A República Árabe Unida	36
6. A queda do nacionalismo árabe	39
6.1 A volta das atenções para Israel	43
6.2 O reconhecimento do fim	44
7. Conclusão	49
8. Referências Bibliográficas	55

1.Introdução

Para um bom entendimento das situações do presente, deve-se ter um bom conhecimento do passado. Dessa maneira, para entender o que ocorre com uma das regiões mais belicosas do mundo, deve-se estudar fatores que resultaram em sua situação atual.

O Oriente Médio é indubitavelmente uma das regiões de maior atenção dos últimos 20 anos, e para entender fenômenos com o conflito Israel- Palestina e a Primavera Árabe, um maior aprofundamento do que é o nacionalismo árabe é basilar.

A fim de não deixar margem para interpretações errôneas, desde o início, o quadro teórico que pretende-se tratar do restringir-se ao nacionalismo árabe transnacional, o nacionalismo que é conhecido na literatura como o nacionalismo pan-árabe ou pan-arabismo. Esse é o “tipo” de nacionalismo árabe que pode ser encontrado em muitas nações árabes e que tem constituído o fermento dos movimentos unificadores nos territórios habitados pelos árabes, enquanto tentava alcançar algum tipo de unificação de estados árabes na segunda metade do século XX.

Em outras palavras serão considerados aspectos importantes da evolução da ideologia pan-árabe e dos movimentos nacionalistas, não das particularidades nacionalistas de cada país. E também deve-se frisar que o mais importante é a análise da trajetória do movimento, tendo um foco principalmente no ponto axial do nacionalismo árabe que é a unificação dos Estados Árabes sobre um única égide. Mesmo que existam repercussões desse nacionalismo até hoje, ele já teve seu fim ‘aceito’ pelos teóricos do tema, e por essa razão o trabalho terá um forte enfoque histórico. Enfoque esse que só reafirma a importância da análise de trajetória do movimento, que é o objetivo a ser alcançada por esse trabalho.

O estudo a ser conduzido vai levar em conta as obras dos principais autores sobre a questão, os quais escreveram sobre os mais diversos pontos que permeiam a questão. Os textos incluem diversas obras completas, como também em periódicos políticos. Buscou-se utilizar a mais variada gama de textos, juntando visões ocidentais e orientais para que o viés sobre o assunto seja reduzido ao máximo. As fontes usadas são majoritariamente primárias, exatamente pelo fato da tentativa de se ter autores com diferentes pontos de vista, as idéias originais dos expoentes criarem a síntese de percepções visada por esse trabalho. As fontes secundárias foram utilizadas em menor quantidade, porém com grande importância, visto que o trabalho visa ter também uma análise crítica dos acontecimentos.

O trabalho inicia-se com um arcabouço teórico sobre as definições de nação, nacionalismo, e selecionou-se os expoentes que atacam questões mais contundentes ao tema. Com essa etapa concluída, será alcançado o entendimento básico do tema, com uma série de conceitos chave para entender movimentos de unificação.

Parte-se então para uma abordagem histórica do pan-arabismo, indo desde suas origens com o renascimento literário árabe até o início dos 70, em que o movimento perde sua força quase que totalmente. Visou-se focar nos fatos históricos mais relevantes à origem, ao fortalecimento e a “morte” do movimento político, para que se pudesse chegar as conclusões mais relevantes ao tema.

2.Nação e Nacionalismo

Mesmo antes da Paz de Vestfália, houve uma redefinição crescente de fronteiras, bem como uma grande onda de “movimentos nacionalistas” em quase todos os continentes do mundo. Como resultado desses fenômenos mundiais, o nacionalismo tende a ser um termo muito usado diretamente associado com conflito, orgulho nacional, interesse nacional; incluindo movimentos separatistas, violência étnica, lutas pela autodeterminação, intervenções militares, rebeliões e mais recentemente terrorismo (nacionalista).

Numa definição preliminar, o nacionalismo pode ser considerado uma “devoção a uma nação ou uma política de independência nacional”. Neste caso, o nacionalismo é precedido pela própria existência de uma “nação”, mas também por um sentimento ou crença que produz “devoção” à nação. Portanto, a nação é o centro de gravidade em que há uma espécie de identidade nacional é fundada. Isso significa que nação e identidade nacional estão fortemente correlacionadas. Geralmente, a nação é aplicada à população de um estado; mas como as pessoas percebem a ideia de nação está sujeita a um processo de identificação e necessidade constante de diferenciação. A história mostrou que ambos os processos são movidos por um senso de proteção, coesão social, sobrevivência, superioridade e em casos extremos autonomia e autodeterminação.

Em uma definição mais ampla, nação é descrita como “um agregado extenso de pessoas, intimamente associados uns aos outros por descendência comum, língua ou história, como para formar um distinto raça ou pessoas, geralmente organizadas como um estado político separado e ocupando um território definido” Diante disso, apreciar as qualidades de uma nação é essencial para considerá-la como tal. Descendência comum, língua, história, a terra natal são apenas algumas das características comuns que distingue uma nação, conceito que pode incluir também a religião ou cosmovisões culturais. Há de se frisar, para a melhor compreensão da realidade nacionalista árabe o trabalho de quatro autores: Ernest Gellner, Benedict Anderson, Miroslav Hroch e Sati' Al-Husri.

A obra-prima de Ernest Gellner, *Nações e o Nacionalismo*, como sugerido por seu próprio título, reflete a confusão generalizada entre as teorias da nação e as teorias do nacionalismo. De fato, a primeira faceta de seu modelo se enquadra na estrutura da teoria da modernização, o que Gellner chama de “transição” das sociedades tradicionais para as sociedades industriais. A fase inicial, sendo descrita como sociedades “agro-letradas”, testemunhou uma divisão estrita entre o categorias de pessoas que eram literatos e governados, e quem, em razão de seu poder e sua alfabetização, teve acesso a uma “grande tradição” e a massa daqueles que trabalhavam na terra e que tinham apenas uma “pequena tradição” (GELLNER, 1983, pp. 10-13).

Além da divisão horizontal formada por essa dicotomia cultural entre a cultura da elite e a cultura popular, foram muitas as verticalidades na sociedade rural que eram particularmente fortes por causa do modo autárquico de vida nas comunidades camponesas: costumes e dialetos às vezes diferiam de um vale para o outro. Essa heterogeneidade cultural constituiu o principal obstáculo à formação de uma nação segundo Ernest Gellner.

O surgimento da sociedade industrial passa a promover a homogeneização cultural no final de um longo processo inerente à lógica econômica desta sociedade: baseado em tecnologia evolutiva e a ideia de progresso, envolvendo um crescimento permanente da

produtividade; o que resulta, para a população trabalhadora, na necessidade de extrema mobilidade profissional, daí uma versatilidade que consequentemente implica um treinamento genérico sólido.

Assim, "o nível de alfabetização e competência técnica, em um meio padronizado, uma moeda conceitual comum, que é exigida dos membros desta sociedade, para que sejam adequadamente empregáveis e gozem de cidadania moral efetiva, é tão alta que simplesmente não pode ser fornecida pelos parentes ou unidades locais, da maneira que são. Só pode ser fornecido por algo que se assemelhe a um moderno sistema educacional "nacional", uma pirâmide em cuja base estão escolas primárias, com professores, chefiada pelo produto de escolas de pós-graduação avançadas. Tal pirâmide fornece o critério do tamanho mínimo para uma unidade política viável (GELNNER, 1983, p. 34).

A homogeneização cultural gera, assim, uma nova consciência nacional de que Gellner chama de "nacionalismo", que para ele não é o despertar de uma velha, latente e adormecida força- mesmo que seja que realmente se apresente. É na realidade a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas altamente internalizadas, dependentes da educação, cada uma protegida por seu próprio estado.

E que utilizará algumas das culturas pré-existentes, geralmente transformando-os no processo, mas não é possível absolutamente fazer uso de todas. Uma cultura viável e superior, sustentando o estado moderno, não pode estar abaixo de um certo tamanho mínimo, que é o necessário para a manutenção de um sistema educacional eficiente (GELLNER 1983, p.48).

O processo de construção nacional a partir de então progride de acordo com a taxa de entrada no sistema educacional de populações que vivem cada vez mais em áreas periféricas. Áreas que entenderam que aprender a língua dominante e possuir uma educação básica são os pré-requisitos para sua ascensão social e sua capacidade de defender seus direitos. *vis-à-vis* a administração do Estado-nação em formação.

Além disso, a educação confere um equilíbrio moral ao colocar o povo em sintonia com os valores da sociedade da qual eles são de que são membro de fato como 'os limites da cultura dentro da qual eles foram educados são também aqueles do mundo dentro do qual eles podem moral e profissionalmente, respirar. A educação de um homem é, de longe, seu investimento mais precioso e, com efeito, lhe confere identidade' (ibid, p.35)

O que Gellner chama de "nacionalismo", em suma, é uma nova forma de consciência coletiva, o sentimento de pertencer a essa inovação que é o estado-nação. Tal o sentimento não implica necessariamente quaisquer inclinações ideológicas e nacionalistas. De fato, a teoria de Gellner , até agora, recorda a linha teórica da escola de "construção da nação" (*nation-building*): mais uma vez, a integração nacional é a questão principal em jogo e é visto como dependente da homogeneização cultural no contexto de modernização socioeconômica e chefiada pelo Estado.

Já o trabalho feito por Benedict Anderson -baseado em grande parte em processos de comunicação- aborda a questão da construção da nação mais do que a do nacionalismo. Anderson também tenta explicar uma teoria geral das nações e do nacionalismo, dois fenômenos que, segundo ele, surgiram nos tempos modernos e que tiveram suas bases criadas após uma revolução no campo dos valores. Essa revolução, segundo ele, se deu

por alguns motivos como o esquecimento de uma linguagem de religião que promovesse o acesso à “verdade”- assim como já foi o Latim. Pelo o enfraquecimento da ideia segundo a qual a sociedade é por natureza organizada em torno de soberanos que têm uma status divino. E por último o abandono de um conceito "fatalista" e não histórico de tempo em que cosmologia não foi distinguida da história do homem.

Essas fissuras culturais coincidem com o desenvolvimento das técnicas de publicação e o surgimento do capitalismo nos editoriais, que viria a ter um impacto considerável. Romances e redação de jornais de fato envolvem o conceito de uma comunidade imaginada, e um conceito de tempo em que os eventos se organizam de acordo com um cronograma seqüencial, cronológico e lógico. O leitor se encontra colocado em um período específico de tempo e dentro de uma determinada sociedade, em que ele observa personagens em seus devidos papéis seguindo um eixo linear de tempo.

Agora, para Anderson, esta é a mesma situação em que o homem se encontra quando estuda sua nação, que constitui, da mesma forma, uma entidade abstrata, cujos critérios são as raízes fixas no passado, o esforço para o futuro e a identidade básica ao longo do tempo. Além disso, o desenvolvimento da imprensa dá a sensação de pertencer a um "imaginário comunidade ", despertando os mesmos pensamentos ao mesmo tempo entre os membros de um cultura cujas fronteiras são marcadas com base na linguagem:

O significado dessa cerimônia em massa (...) [o fato de ler o jornal] é paradoxal. É realizado em privacidade silenciosa, no covil do crânio. No entanto, cada comunicante está bem ciente de que a cerimônia que ele realiza está sendo replicada simultaneamente por milhares (ou milhões) de outros de cuja existência ele está confiante, mas cuja identidade ele não tem a menor noção. Além disso, esta cerimônia é repetida incessantemente em intervalos diários ou semi-diários ao longo do calendário. Que figura mais vívida, secular, com cronometria histórica, poderia ser concebida pela comunidade imaginária (ANDERSON, 1991, p.39)

Este aspecto da teoria de Anderson permanece mais relevante para explicar um importante elemento de criação de nação, o sentimento de formar uma comunidade (*nationhood*) do que para o entendimento do nacionalismo como ideologia. De fato, Anderson não fala muito sobre o conteúdo do nacionalismo, exceto que ele está enraizado no passado e se baseia em um concepção abstrata do tempo.

Paralelamente ao impacto do "capitalismo impresso", Anderson examina o *modus operandi* da parte administrativa nas colônias europeias, e especialmente no Império Americano Espanhol. Mais uma vez, o ponto de partida da manifestação está no processo de elaboração dos estados (*state-making*): nas unidades administrativas deste Império, o estado moderno erodiu as clivagens intra-regionais, estabelecendo não apenas ‘uma língua-de-estado padronizada’- algo que ocorre paralelamente ao ‘capitalismo impresso’, mas também a ‘permutabilidade humana’, no sentido que burocratas de diferentes regiões foram designados, aleatoriamente, em regiões que não conheciam antes.

Esta sequência do tipico weberiano ideal do estado racional preparou o terreno para o sentimento de nacionalidade, visto que esses administradores nativos não só se tornaram mais parecidos e culturalmente homogêneos, mas também se encontram na capital, onde vieram para a "Peregrinações" burocráticas. Tais peregrinações não foram apenas responsáveis por promover a solidariedade e cultura comum daqueles que participaram

deles: eles criaram uma nova consciência cultural baseada em sentimentos sem precedentes de alteridade:

...nessa peregrinação espasmódica [o burocrata nativo] encontrou companheiros de viagem, que passaram a sentir que sua comunhão se baseava não apenas no trecho específico daquela peregrinação, mas na fatalidade compartilhada do nascimento transatlântico. Mesmo que ele tenha nascido dentro de uma semana após a migração de seu pai, o acidente de nascimento nas Américas o confinou à subordinação - mesmo que em termos de idioma, religião, ancestralidade ou boas maneiras, ele era praticamente indistinguível do espanhol nascido na Espanha. Não havia nada a ser feito sobre isso: ele era irremediavelmente um crioulo (ANDERSON, 1991, PP.58-59)

Anderson concluiu então que os funcionários crioulos peregrinos e os crioulos provinciais que mexiam com a impressão tiveram um papel histórico decisivo (ibid., p.65). A fragmentação do sistema do Império hispano-americano em 18 estados-nação separados. Este desenvolvimento repentino ocorreu na América Latina em um estágio muito inicial no início do século 19, mas foi reiterado posteriormente ao longo do mesmo padrão até o processo de descolonização que Anderson chama de "última onda". Dentro Indonésia, por exemplo, a ponta de lança do movimento nacionalista novamente emergiu da *intelligentsia*¹.

A educação mais uma vez desempenhou um papel importante, não apenas porque livros didáticos formaram um novo "universo coerente de experiência", mas também porque o sistema de educação era também o cadinho de um novo grupo social: os alunos do ensino superior tinham que tiveram de ir à Batávia, ao Centro e, portanto, "o sistema escolar colonial do século XX trouxe a luz as peregrinações que se assemelharam a jornadas funcionais mais estabelecidas, nas quais alguns dos alunos em questão eram obrigados a participar. Eles sabiam que "Roma era Batávia, e que todas essas viagens derivaram "seu" sentido da capital, com efeito explicando porque "nós" estamos "aqui" "juntos" (ibid., pp 112). E eles estavam lá juntos como nativos, que significava que as pessoas referidas eram tanto "inferiores "e pertenciam aquele local" (ibid., p. 113).

O modelo de Anderson, portanto, combina duas dimensões que são respectivamente simbolizadas pelo "capitalismo impresso" e pelas peregrinações da *intelligentsia* cujos membros realmente adquirem uma nova consciência nacional na sala de aula de uma escola com um sistema de ensino centralizado, uniforme e / ou como burocratas. Anderson, a propósito, muitas vezes usa fórmulas como "Consciência nacional" ou "*nation-ness*" (ANDERSON, 1991, p.125).

No entanto, ele também, enganosamente, refere-se ao conceito de nacionalismo para descrever essa nova nacionalidade, seja nas expressões "Nacionalismos coloniais", "líderes nacionalistas" ou "*intelligentsia* nacionalista". A *intelligentsia* ganhou um novo senso de pertencer à uma comunidade maior chamada "nação", mas esse sentimento não necessariamente implica qualquer demanda para o controle do estado ou a promoção da própria identidade contra a outra. Anderson não elabora o impacto do complexo de superioridade dos colonizadores, na Indonésia ou em outro lugar, em termos de

¹ É uma classe de status de pessoas instruídas envolvidas nos trabalhos mentais complexos que criticam, guiam e conduzem na formação da cultura e política de sua sociedade. Como classe de status, a *intelligentsia* inclui artistas, professores e acadêmicos, escritores, jornalistas e as letras literárias *hommes de lettres*. Historicamente, o papel político da *intelligentsia* (a produção de cultura e ideologia) varia entre ser uma influência progressista ou uma influência regressiva sobre o desenvolvimento de suas sociedades.

ressentimento protonacionalista ou reformas culturais indígenas, embora tenha enfatizado que uma das consequências importantes da exclusão dos nativos pelo Estado colonial foi um ressentimento coletivo. Por exemplo, a exclusão da *intelligentsia* das camadas superiores da administração somente poderia tê-los frustrado em sua aspiração por mais poder e colocado e ter pavimentado o caminho para a cristalização do nacionalismo.

As adições feitas pelo autor na segunda edição de “Comunidades Imaginárias” abordou essas falhas. Ele explica, no prefácio, que após a publicação do primeiro edição ele tinha percebido que o que ele ‘acreditava ser uma contribuição significativamente nova para pensar em nacionalismo - mudar as apreensões de tempo acabou por fazer faltar uma direção básica que seriam as mudanças em apreensões de espaço’. (Ibid, pp.14-15)

Daí o título do novo décimo capítulo da segunda edição do livro, "Censo, Mapa, Museu", no qual Anderson mostra que, no século XIX, o Estado europeu tentou controlar seu domínio contabilizando as pessoas, mapeando o mundo e registrando o passado. Populações foram sistematicamente classificadas e quantificadas, países ou regiões eram delimitadas por fronteiras e o passado arqueológico foi apropriado pelo Estado que, em parte para legitimar-se, leva uma inventário de monumentos reabilitados que foram transformados em ‘logo’, para serem usados como símbolos coletivos em selos ou de outro modo.

Esse processo de serialização também foi o elemento-chave da tentativa do estado, também nas colônias ultramarinas, para estabelecer uma "grade classificatória totalizadora". Para o autor, esse "estilo de imaginar 'pavimentou o caminho para o nacionalismo porque' moldou a gramática que fez tornar possível o uso de "Birmânia" e "birmanês", "Indonésia" e "indonésios" (ANDERSON, 1991, p 186).

Outro expoente que ataca pontos para o entendimento do tema a ser tratado é Miroslav Hroch, que começa seu artigo “Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa” discorrendo sobre como a nação nada mais é que o resultado de um processo extenso e com várias complexidades do próprio desenvolvimento histórico. Seu conceito de nação é um grande grupo social, integrado não por uma, mas uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômica, política, linguística, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva. (HROCH, 2000)

Hroch continua sua tese falando que existem três elementos recorrentes nas mais diversas formações de nações. O primeiro deles é memória de um passado comum, tratado como se fosse um ‘destino’ do grupo em questão. Outro ponto é uma densidade de laços linguísticos e culturais favorecendo um maior grau de comunicação social entre o grupo e além dele. E por último a criação de um entendimento de igualdade entre todos os membros do grupo organizados como sociedade civil. (HROCH, 2000)

Talvez a maior contribuição do autor seja seu esquema cronológico para a elaboração de estudos sobre os processos de formação nacional, com base nas nações “pequenas”, demograficamente falando. Ele distingue seu modelo em três fases. A fase A é a da emergência em que os intelectuais proclamam a existência de uma nação esquecida; Através deles e de suas operações filológicas e históricas, começa-se a identificar e mostrar a cultura original. Já a fase B corresponde a uma difusão da consciência nacional “desperta”. Associações estão se formando para trabalhar pelo crescimento nacional,

demandas políticas estão começando a ser formuladas. Por último na fase C se dá a realização do estado-nação e a promoção da nação- pela escola e outras instituições- sob os auspícios do estado.

Este esquema genérico não é uma "receita" que garanta que as ações lançadas na fase A levem à fase C (por razões sociais ou geopolíticas, muitos movimentos nacionalistas não foram além da fase A ou da fase B, antes desaparecer ou permanecer mais ou menos ativamente em uma fase pré-estado).

Deixado por último, mas como uma importância enorme, é o trabalho de Sati' Al-Husri. Ele que foi um dos mais importantes expoentes do Nacionalismo Árabe, e que muitos ponto de suas pesquisas acabam por retomar pontos tratados pro Gellner e Anderson. A formulação de Al-Husri dos principais dogmas do nacionalismo árabe é baseada nos dois princípios básicos de uma linguagem comum e uma história comum, cuja interação na vida das pessoas cria uma comunhão de objetivos e uma vasta reserva de sentimentos compartilhados, esperanças e sentimentos. Al-Husri acredita que "nem a religião nem o estado nem uma vida econômica compartilhada são os elementos básicos de uma nação, ... e nem mesmo um território comum" (TIBI, 1981, p.121)

Ele também rejeita a pureza étnico-racial, ou a idéia de origem comum, como uma condição necessária na construção da ideologia nacionalista. Em conjunto com sua negação do papel da religião como uma condição necessária para definir sua ideologia nacionalista secularista, Al-Husri se baseia na formulação doméstica de Ibn Khaldun da noção '*assabiyya*', que, apesar de problemática traduzir para o português, pode ser melhor compreendida contexto atual como pertencente a uma forma de solidariedade de grupo social. O compromisso de Al-Husri de fornecer uma definição da ideologia nacionalista árabe em termos dos papéis funcionais filiativos ou associativos da língua é ilustrado por sua declaração de que "Todo povo de língua árabe é um povo árabe, [e todo] indivíduo que pertence a um desses povos de língua árabe é um árabe ", quer eles conscientemente escolham ser um ou não (TIBI, 1981, p.164).

Os pontos de vista de Al-Husri sobre o papel da linguagem na formação da nação e a construção da ideologia nacionalista são notavelmente semelhantes aos do escritor alemão do século XVIII Herder (EDWARDS, 1985). Eles também têm uma grande semelhança com as idéias apresentadas pelo escritor do século 19, Fichte, sobre o mesmo tema, fato que deu origem à impressão errônea de que a formulação do pensamento nacionalista árabe de al-Husri não passa de uma variação do tema alemão. nacionalismo.

Al-Husri entretanto difere destes escritores, e alguns porta-vozes posteriores do nacionalismo alemão, em que sua formulação dos fundamentos ideológicos do nacionalismo árabe é desprovida de quaisquer vestígios da xenofobia lingüística encontrada naquele sentimento characteristicamente anti-francês no trabalho de os autores alemães. Al-Husri não tem nada tão pesado nos seus pronunciamentos em sua formulação dos fundamentos teóricos do nacionalismo árabe. Este espírito sobreviveu intacto até os dias atuais e está claramente refletido no trabalho de autores posteriores, por exemplo, Sa'dun Hamadi, que enfatiza a mensagem humanista inalienável do nacionalismo árabe e o fato de que, se é contrário a qualquer coisa, se opõe somente ao internacionalismo marxista, nacionalismos locais e sectarismo religioso no mundo árabe.

Considerando a importância da linguagem no pensamento nacionalista, não é surpreendente descobrir que al-Husri se interessou ativamente pelo estado da língua árabe e pela maneira como ela é ensinada nas escolas. Naqueles dias inebriantes do primeiro governo árabe sírio sob o rei Faisal I, na década de 1920, al-Husri serviu como ministro da educação, uma posição que ele usou com bons resultados para promover uma reforma modesta na forma como o árabe era escrito e ensinado nas escolas. Mais tarde, ele escreveu sobre a necessidade de uniformizar o uso de terminologias técnicas no setor administrativo nos países de língua árabe, bem como sobre os meios de cunhar e “arabizar” novas terminologias para atender às necessidades modernizadoras dos povos de língua árabe. Ele se opunha à promoção dos coloquialismos por causa de sua influência divisiva, embora continuasse a tratá-los como uma fonte rica para cunhar novas terminologias na linguagem padrão (AL-HUSRI '1985).

Esse interesse pela língua árabe e sua elevação ao status de principal ingrediente na articulação da ideologia nacionalista árabe adquire um significado adicional quando consideramos o fato de que a língua materna de al-Husri era o turco, não árabe, e que sua determinação em dominar este último deu frutos depois do colapso do Império Otomano, quando teve que enfrentar a questão de decidir se era um turco ou um árabe. Explicando o significado desse aspecto da vida de al-Husri, Hourani argumenta que, para al-Husri, "o que fez dele um árabe não foi sua escolha de ser árabe em vez de turco, mas o fato de ter feito essa escolha estabeleceu-se para adquirir a língua árabe e torná-lo a primeira língua de sua vida e pensamento, e que a necessidade de fazer isso provou a importância fundamental da linguagem na vida de uma nação " (HOURANI, 1983)

3.Origens do Nacionalismo Árabe

A área que se estende da costa do Atlântico no norte da África,e todo o caminho para o leste para o Golfo Pérsico na Ásia, terminando no fronteiras do Irã no leste e da Turquia no norte, é geralmente referido pelos seus habitantes, como bem como por pessoas de fora, como o "mundo árabe". Este conceito é claro um constructo cultural e não político e, consequentemente, tem tido considerável mudança ao longo do tempo no delineamento conceitual da massa de terra habitada por "árabes".

Em meados do século XX século, a maioria desses habitantes havia aceitado uma definição de "Arabidade" (*Arabness*), que enfatizou seus laços históricos sob o domínio islâmico, a proximidade de seus hábitos e tradições, e acima de tudo, a sua capacidade de reivindicar o "árabe" como língua materna.Os narradores nacionalistas podem ter discordado sobre os méritos relativos dos outros elementos, mas todos concordaram com a centralidade da língua árabe como uma força unificadora.

Para ter certeza que a “Arabidade” das pessoas desta área não excluir outras formas de identidade nacional e subnacional, um “Árabe” que vive ao longo das margens do rio Tigre pode se identificar também como um iraquiano (seu estado), um sunita (sua seita religiosa), e / ou Dulaimi (sua tribo). Identidades múltiplas não precisam necessariamente ser mutualmente exclusivas.Por exemplo, em seu estudo sobre a identidade palestina, Rashid Khalidi afirma que intelectuais e políticos final do século XIX e início do século XX " identificavam-se com o Império Otomano, sua religião, o Arabismo, sua terra natal a Palestina, sua cidade ou região, e sua família, sem sentir qualquer contradição,ou sensação de lealdades conflitantes " (KHALIDI,1993, p.20).

Contudo, no início do século XVI, os árabes não eram mais os principais detentores de poder e da cultura. Seus impérios e civilizações haviam se desintegrado e estavam prontos para serem devorados por novas solidariedades sociais agressivas, ansiosas por expandir seu poder e domínio. Era um desses grupos, os turcos otomanos, que estavam destinados à governar os árabes pelos próximos cinco séculos. Muito em breve, Constantinopla, não mais a famosa cidade árabe, se tornaria o centro de gravidade do Islã, e nas orações de sexta-feira as vilas árabes invocariam as bênçãos de Allah não para os governantes árabes, mas para o sultão turco.O que pairava no ar era que , o alcance político e militar dos turcos otomanos parecia ilimitado.

O que é interessante, no entanto, é que esse poder difundido dos turcos sobre as terras e populações árabes não diminuiu em nada a importância da língua árabe. Na realidade, os otomanos, que também eram muçulmanos, consideravam o árabe como a língua sagrada, dando seu devido respeito e deferência. Assim, enquanto o turco tornou-se a linguagem do governo e da burocracia, o árabe conseguiu elevar seu status de mediador dos estudos religiosos e do direito, e em grande parte na área das anotações históricas e bibliográficas (HOURANI, 1983). Então, foi assim que a língua árabe e seu status incomparável da linguagem do Alcorão, nutriu e sustentou um senso de proximidade cultural nas terras árabes do império ao longo dos séculos de domínio otomano.

Instrumental neste processo, paradoxalmente, foi o Ocidente. No início do século XVI, o papado de Roma começou a estabelecer faculdades para a formação de sacerdotes das igrejas orientais, algumas das quais incorporaram o estudo do árabe em suas explorações e comentários teológicos e históricos. Para remediar a escassez de textos em árabe, essas instituições importaram suas próprias impressoras. Tudo isso levou a um reavivamento literário árabe, que se tornou uma base da história para os primeiros movimentos nacionalistas nas províncias de língua árabe do Império Otomano.

Portanto, não é de surpreender que as sementes intelectuais do nacionalismo árabe do século XX devem-se às idéias e esforços de vários pensadores e ativistas do século dezenove. Muçulmanos e Cristãos, seu foco central era a condição contemporânea e aspirações futuras dos cidadãos de língua árabe do Império Otomano. Seus olhos se abriram com a expansão da educação para os crescentes movimentos nacionalistas no território Balcã do império otomano, esses primeiros escritores árabes e agitadores políticos tendiam a se concentrar nas diferenças étnicas e lingüísticas que separavam os árabes de seus governantes turcos. Notava-se que essa separação étnica era muito mais forte entre os cristãos do que os muçulmanos, sendo a última ligada a Istambul pelo vínculo da crença religiosa e portanto, tanto quanto, talvez até mais, preocupada com a crescente dominação cultural e política dos Cristãos na Europa.

Talvez uns dos primeiros desses pensadores e agitadores políticos, cujos escritos e atividades foram realizados em grande reverência pelos nacionalistas árabes do século XX foram Jamal al-Din al-Afghani (1839–1897) e seu pupilo Muhamed ‘Abdu (1849–1905). Evidentemente, nenhum dos dois falou diretamente sobre arabismo, pois Afghani e ‘Abdu eram essencialmente reformadores islâmicos que reconheciam e temiam a ameaça cultural do Ocidente cristão, e procuraram enfrentar essa ameaça advogando a reforma, o ressurgimento e a unidade islâmica. Seu objetivo era regenerar a sociedade muçulmana estagnada e dedicar-se à adaptação das ideias e instituições do mundo ocidental moderno. Eles argumentavam que o arsenal da indubitável superioridade contemporânea do Ocidente - filosofia, razão e ciência - não só era compatível com o Islã, como também estavam embutidos na própria essência da fé muçulmana. Para Afghani, “o Islã estava em harmonia com os princípios descobertos pela razão científica, era de fato a religião exigida pela razão. (Ibid., p.124)

Assim, não foi o Islã por si, mas o atraso intelectual dos muçulmanos, provocado por séculos de subjugação e negligência, bem como a desunião da *Ummah*² Islâmica, que foram responsáveis pelo status inferior do mundo muçulmano. Os dois reformadores

² "Ummah" é uma palavra árabe comum que significa "grupo de pessoas" ou "nação". O termo assume uma conotação religiosa no Alcorão, onde se diz que Deus enviou a cada um um seu próprio mensageiro. Os mensageiros que receberam maior como mensageiros das escrituras e fundadores de uma ummah são Moisés, Jesus e Maomé. Os judeus são um ummah baseado na Torá que Deus deu a Moisés, cristãos em ummah baseados no Injil (evangelho) que Deus deu a Jesus, e os muçulmanos em ummah baseados no Alcorão, que Deus "enviou" a Maomé. A cidadania na ummah envolve muito comprometimento com uma religião particular. Para o modo de pensar muçulmano, a única ummah que conta é a Ummah Islamiyyah, a Comunidade Islâmica, uma entidade que teoricamente compreende todos os muçulmanos em todo o mundo, qualquer que seja sua origem nacional. No pensamento islâmico, "A Ummah" representa uma ordem mundial universal, governada por um governo islâmico (o califa) de acordo com a "Lei de Deus" (a Shariah, lei religiosa islâmica) e modelada segundo a comunidade fundada por Maomé em Medina em 622 dC; inclui inclusive judeus e cristãos que vivem em seu território como comunidades separadas (e inferiores).

ordenariam aos muçulmanos que não cegamente imitassem o Ocidente, mas que se aprofundassem no significado real de sua religião, estudassem bem e modelassem suas vidas em seus ensinamentos. Se isso acontecesse, o mundo do Islã seria forte novamente. Foi essa declaração determinada de autenticidade, essa reiteração inequívoca da independência cultural, até mesmo da superioridade, que mais tarde estimularia os nacionalistas do século XX a considerar Afghani e ‘Abdu como tendo contribuído para a causa nacionalista árabe.(Ibid., p.112)

As tendências “arabistas” mais perceptíveis são encontradas nos escritos de outro líder islâmico, Rashid Rida (1865–1935). Os escritos de Rida sobre a estrutura e a reforma do mundo islâmico tendem a dar aos árabes orgulho do lugar. Para Rida, a língua árabe era a única língua "na qual as doutrinas e leis do Islã poderiam ser pensadas".(Ibid., p.239). Por conseguinte, investir no escritório do Califa com os governantes otomanos em Istambul era uma farsa.

De fato, Rida vai ainda mais longe ao insistir que o Islã, de fato, “foi minado pelos governantes otomanos”.(KHADDURI, 1970, p.180). Afinal, não foram os turcos que tiranizaram a comunidade, matando até os Califas? Pior de tudo, aos olhos de Rida, os turcos “usurparam o [as competências do Califa] dos Abássidas³ e o tiraram das mãos do clã Quraysh que havia sido escolhido por Deus para espalhar o Alcorão pelo mundo. depois de ter dado ao Islã seu profeta, sua língua e seus adeptos ”. E, embora os otomanos tenham certamente construído um grande império, ele é ofuscado pelas primeiras conquistas árabes.

Em um artigo que Rida escreveu em 1900, no qual avalia conquistas árabes e otomanas, ele é inflexível em preferir: “Quero dizer que a maior glória nas conquistas muçulmanas vai para os árabes, e que a religião cresceu e se tornou grande através deles; a base deles é a mais forte, a luz deles é a mais brilhante e eles são de fato a melhor *Ummah* ” (HAIM, 1962).Nestes e em outros escritos, não há dúvidas quanto à distinção étnica consciente entre os árabes e os turcos otomanos, na qual o orgulho do lugar é atribuído aos árabes. De fato, mais tarde, no desenrolar da revolta árabe de 1916, Rida defendeu a separação política e o Estado dos árabes, o que, argumentou ele, seria benéfico para todos os muçulmanos.

No entanto, aqui novamente, como no caso de Afghani e ‘Abdu, a principal preocupação de Rida era com o reino do Islã. Quaisquer que sejam os argumentos e recomendações que ele propôs visavam principalmente servir aos interesses e à glorificação do Islã. Se o “arabismo” aparecesse como um elemento dos escritos de Rida, seria, na melhor das hipóteses, uma força corolária a ser usada unicamente para o rejuvenescimento do Islã e da *Ummah* muçulmana. A causa do arabismo não era de forma alguma substituir a solidariedade islâmica mais ampla e, portanto, seu antagonismo em relação aos "usurpadores turcos" não pretendia solapar o Império Otomano, pois ele via a saúde continuada do Império como uma força para o Islã.

³ O califado abássida foi o terceiro dos califados islâmicos a suceder o profeta islâmico Maomé. A dinastia abássida descendia do tio de Maomé, Al-Abbas ibn Abd al-Muttalib, de quem a dinastia leva o seu nome. Eles governaram como califas durante a maior parte de seu período de seu período de sua capital em Bagdá no atual Iraque, depois de assumirem autoridade sobre o império muçulmano dos omíadas em 750 dC (132 dH).

Um dos primeiros que realmente advogou pela separação do Império Otomano e pela criação de um Estado árabe independente, tenha sido Negib ‘Azoury. Ele faz ecoar o desprezo de Rida pelos turcos, mas enquanto a hostilidade de Rida estava no que os turcos supostamente fizeram ao islamismo e ao mundo muçulmano, ‘Azoury culpou os turcos por terem arruinado os árabes. Sem eles, os árabes estariam entre as nações mais civilizadas do mundo (HOURANI, p.279). Para Azouri, os árabes não são apenas muçulmanos, mas também cristãos de língua árabe, e juntos constituem a mesma “nação” que teria de ser politicamente independente dos turcos otomanos.

As fronteiras deste Estado-nação estender-se-iam do Tigre e do Eufrates ao Istmo de Suez e do Mediterrâneo ao Mar da Arábia. Óbvio desta designação é a exclusão do Egito, porque “os egípcios não pertencem à raça árabe; eles são da família berbere africana e a língua que eles falaram antes do Islã não tem semelhança com o árabe”. Este estado árabe ideliazdo seria um sultanato secular, liberal e constitucional, seguindo o caminho da Inglaterra e da França.(HAIM, p.80)

No entanto, o argumento de que as raízes do movimento nacionalista árabe seriam encontradas no século XIX não depende apenas da produção intelectual dos poucos pensadores cristãos e muçulmanos da época. Nacionalistas posteriores também apontariam para as atividades anti-otomanas de uma série de organizações políticas árabes públicas e clandestinas, vendo-as como manifestações do fervor nacionalista árabe que estava borbulhando as partes de língua árabe do Império Otomano no final do século XIX e início do século XX, culminando na “Grande Revolta Árabe” em 1916.

A Grande Revolta foi oficialmente iniciada por Hussein bin Ali, Sharif de Meca, na sua cidade de comando em 10 de junho de 1916. Embora seus filhos Ali e Faisal já tivessem iniciado operações em Medina a partir de 5 de junho com o objetivo de assegurar a independência dos turcos otomanos e criar um único estado árabe unificado que se estende de Alepo, na Síria, até Aden, no Iêmen.

Embora a revolta de Sharif tenha tendido a ser vista como uma revolta enraizada em um sentimento nacionalista árabe secular, o Sharif não a apresentou nesses termos; em vez disso, ele acusou os Jovens Turcos de violar os princípios sagrados do Islã e chamou os muçulmanos árabes à rebelião sagrada contra o ostensivamente "impiedoso" governo otomano. Contrariamente, os turcos, assim como muitos líderes árabes, acusaram as rebeldes de traírem o califado muçulmano durante uma campanha contra as potências imperialistas que tentavam dividir e governar as terras muçulmanas. Em última análise, a revolta não conseguiu gerar apoio significativo dentro das províncias árabes do Império Otomano, e permaneceu em grande parte limitada aos níveladores tribais da Península Arábica, leais à Sharif Hussein.

A Grande Revolta Árabe, todavia passou a ser consagrada na memória nacionalista e na historiografia como a centelha patriótica que inflamaria o movimento nacionalista árabe, conquistaria a independência árabe e lançaria os árabes em sua busca pela unidade política em um Estado sob um único governo. Os termos em que a revolta foi originalmente lançada tiveram pouco a ver com o nacionalismo árabe. William Cleveland afirma que a revolta "foi proclamada em nome da preservação do islamismo, não em nome do arabismo ou da nação árabe". Azmeh é mais categórico: "A revolta árabe... não pertence ao registro do nacionalismo árabe, e realmente deveria ser extirpado das crônicas do nacionalismo árabe. Era árabe apenas no estreito sentido etnológico e pré-nacionalista.

Foi uma rebelião islamista, empreendida em nome não dos árabes, mas de um califado de Meca sob o mando de Sharif Husayn bin Ali. ” (AZIZ, 2000, p.68)

O livro de George Antonius, O Despertar Árabe, foi o trabalho padrão que traçou o início e o desenvolvimento dessas manifestações e atividades nacionalistas. O impulso da tese de Antonius é que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, "as massas, assim como os pensadores", foram movidos pela "vontade árabe de liberdade".(ANTONIUS, 1938)

De acordo com Antonius, a gênese do movimento nacionalista árabe remonta ao início do século XIX à ambição política de Muhamed Ali, o governador albanês nascido no Egito, de estabelecer um reino árabe independente do Império Otomano. Ali e seu filho Ibrahim Pasha, que conquistaram a Síria e se tornaram seus governadores em 1833, apelaram para o senso de separação dos árabes e para suas diferenças étnicas e nacionais em relação aos turcos otomanos.

Ibrahim Pasha, durante seus anos na Síria, tentou estimular uma consciência nacional árabe. Depois de mais de três séculos fazendo parte de um império otomano abrangendo todos os povos, os árabes, pela primeira vez, podiam ponderar sua separação daqueles que governavam sobre eles.

O projeto fracassou, pois os próprios árabes, como Antonius prontamente admite, ainda não estavam prontos para isso. Dizer que na época não havia nada que se aproximasse da consciência de uma identidade nacional entre os “árabes” talvez seja subestimar os obstáculos enfrentados por Muhamed Ali e seu filho. As lealdades dos povos eram particularistas, principalmente “regionais e sectárias, de acordo com o distrito, clã ou credo a que pertenciam. ... O patriotismo no sentido nacional era desconhecido”.(ANTONIUS, pp.33-34)

Sucintamente, entende-se que nacionalismo árabe é então, fruto da atmosfera intelectual que imperava no século 19, e é um fenômeno que vai de encontro ao processo de incorporação e unificação do mundo em um único sistema, que tinha um cunho claramente eurocentrista. Assim como nos outros exemplos de nacionalismo que se têm na história, na sua forma mais desenvolvida nada mais é que uma expressão de identidade e de solidariedade de grupo com o novo formato projetado de Estado-Nação pela mescla das antigas elites e novas forças sociais que concomitantemente ansiavam ver algum tipo de resistência social às forças externas, e eram altamente influenciadas pelo exemplo e desafios provindos do Ocidente.

O nacionalismo em questão representou tanto um renascimento de tradições e lealdades arcaicas como também a criação de mitos sobre eles, uma espécie de ‘criação de novas tradições’. Assim, à medida que o nacionalismo árabe se instalou, o que foi descrito por treze séculos, sendo as glórias da civilização islâmica passaram a ser chamadas de glórias da civilização árabe; a linguagem e literatura dos árabes, sempre reverenciada e valorizada, assumiu uma nova e elevada importância; e um sentimento de orgulho no arabismo que sempre existira, mas há muito adormecido, foi conscientemente revivido eativamente fomentado.

No período colonial, o nacionalismo árabe tornou-se a ideologia compartilhada tanto das elites políticas quanto da oposição da *intelligentsia*. A coalescência de ideologias baseava-se no desejo compartilhado de independência, na necessidade de integrar

minorias não muçulmanas ao sistema político e na consciência da necessidade de uma forma nacional moderna de identidade política correspondente às estruturas reais do Estado (LAPIDUS,1988).

Por algum tempo no início do século XX, no final deste processo de síntese, a idéia foi difundida em todo o 'mundo árabe' (em si um conceito nascido da ascensão do nacionalismo árabe) que qualquer um que falasse árabe, olhou para história dos árabes com orgulho, e caso se considerasse um árabe ele realmente seria um deles, e que esse senso de identidade compartilhada deveria, em alguma medida, encontrar expressão política. Logo, com o poder do estado propagando-o através do sistema educacional, da mídia e de outras vias de acesso ao discurso cultural e político em vários países árabes recém-independentes, a ideia árabe estaria fortemente enraizada.

O nacionalismo árabe em si nasce antes da Primeira Guerra Mundial no renascimento literário da língua árabe, o renascimento da identificação árabe com as glórias do passado islâmico e as ambições políticas anti-turcas dos intelectuais árabes. O nacionalismo árabe na era pré-guerra muda de um islâmico implícito para um vocabulário nacionalista no decorrer da luta para ganhar autonomia dentro do império otomano, e depois no esforço para criar um estado árabe independente. O arabismo, ao invés do islamismo, tornou-se o discurso dominante, deslocando o vocabulário tradicional de afiliação política e ação política.

Algo que pode ser percebido na introdução sobre "As origens do nacionalismo Árabe", do notável historiador Rashid Khalidi, ao estabelecer os argumentos dos vários capítulos, afirma que "havia um diferença clara antes de 1914 entre a maioria dos arabistas, cuja ênfase na identidade árabe estava ligada à lealdade continuada para o Império Otomano, e a pequena minoria de árabes nacionalistas que pediriam a secessão do império." Nessa linha, aqueles que Khalidi chama de "arabistas" estão cientes de seu separatismo cultural dos turcos otomanos, mas não têm aspirações para a soberania política, mas os "nacionalistas árabes" de Khalidi vão além do domínio cultural para exigir a separação política. E esse traço não precisa ser reservado apenas para os elementos extremos, mas deve constituir a característica de todos os verdadeiros nacionalistas (KHALIDI, 1993).

O desejo de separação política, dessarte, constituirá um dos elementos para a definição de nação e nacionalismo em sua obra. A nação assim definida é: uma solidariedade humana, cuja os membros acreditam que formam um todo cultural coerente e que manifestar um forte desejo de separatividade política e soberania. Aplicada ao mundo árabe, essa definição vai além do lingüístico, vínculos religiosos, históricos e emocionais que ligam a língua árabe pessoas para o outro. Para efeitos de conceitual precisão, essa uniformidade cultural seria denominada arabismo. Mas Arabismo com o elemento adicionado de um forte desejo (e de preferência demandas articuladas) para a unidade política em uma área demarcada território - isso é o que será denominado nacionalismo árabe.

4. As duas grandes guerras e o nascimento do inimigo comum

O debate entre os primeiros nacionalistas sobre se os árabes etnicamente diferentes devem lutar pela independência política, ou se descendem da divisão étnica e lingüística em favor da solidariedade islâmica e permanecem dentro da estrutura otomana tornou-se irrelevante na esteira da derrota otomana na Primeira Guerra Mundial e o consequente colapso do Império Otomano. Os árabes agora estavam pisando em bases novas e desconhecidas que, nas palavras de Albert Hourani, “enfrentaram a todos, e em particular aos membros da elite dominante, uma escolha inescapável” .Foi assim somente após o fim da Primeira Guerra Mundial que a “nação árabe” emergiu como um conceito pertinente e o nacionalismo árabe tomou forma gradualmente como um movimento político. (HOURANI, 1947)

Além do colapso do Império Otomano, a participação dos árabes na Primeira Guerra Mundial, ao lado dos britânicos, gerou uma série de benefícios para o movimento nacional árabe. No mínimo, permitiu que os líderes árabes participassem dos debates políticos pós-Primeira Guerra Mundial sobre o futuro do Oriente Médio. Menos tangível, mas igualmente crucial, foi seu impacto psicológico. Gerações posteriores de nacionalistas determinados ampliariam, até mesmo mitificariam, a contribuição militar árabe em seus esforços para ganhar e inspirar adeptos. Mais importante, o envolvimento dos árabes na guerra levou à criação, com ajuda britânica, de um governo árabe na Síria.

Os Otomanos haviam sofrido grandes reveses militares em 1917, abrindo caminho para as forças britânicas sob o comando do General Allenby se mudarem para a Palestina a partir do Egito, capturando Jerusalém em dezembro daquele ano. Forças árabes lideradas por Emir Faysal, filho de Sharif Husayn, foram ao lado da manobra de Allenby. Encorajados pelos oficiais de ligação britânicos, particularmente o capitão T. E. Lawrence, as forças tribais de Faysal mudaram-se de al-Hejaz para capturar Aqaba, depois continuaram para o norte ao longo do flanco direito de Allenby. Concentrando-se principalmente na interrupção das comunicações e linhas de suprimentos otomanas, Faysal conseguiu conduzir suas tropas para Damasco em 1º de outubro de 1918. Ele imediatamente se preparou para formar uma administração árabe na sua região de conquista.

Ali estava uma oportunidade real para que a ideia do nacionalismo árabe fosse institucionalizado, pois encontrou um porta-voz convincente e enfático na pessoa de Faysal. Precisando dar legitimidade ao seu governo, que ele achava que poderia ser manchado por suas origens *Hejazi*⁴ ele exaltou vigorosamente as virtudes da maior identificação árabe. Ele lembrou aos cidadãos da Síria que eles pertenciam ao mesmo povo, os árabes, que viviam na “região que é delimitada pelo mar no leste, no sul e no oeste, e pelas montanhas tauras ao sul” (HAIM, p,34)

Diversas vezes, ele iria exaltar a unidade social dos árabes, menosprezando a noção de que os árabes do deserto eram de alguma forma distintos dos árabes das cidades. Ele colocaria lealdade à “nação árabe” acima de todas as lealdades, mesmo acima da fidelidade às crenças religiosas. “Os árabes”, declarou em um discurso em Aleppo, “eram árabes antes de Moisés, Cristo e Maomé”. De fato, Maomé era um “árabe antes de ser um profeta”. (Ibid., p.35)

⁴ Nativos do Oeste Árabe, principalmente da região da Arábia Saudita

Essas idéias foram postas em operação pelo governo nacional. As políticas do governo eram consciente e propositalmente nacionalistas e secularistas. Vários cristãos se juntaram à administração da Faysal, participando ativamente da política do país. Junto com seus colegas muçulmanos, eles geralmente eram nacionalistas que acreditavam em consolidar a identidade nacionalista árabe da Síria. Ecoando a ênfase dos nacionalistas europeus na educação, eles definiram a construção do sistema educacional com o objetivo de infundir às gerações futuras o espírito nacionalista.

O homem que liderou esse esforço foi Sati 'al-Husri, que havia sido indicado por Faysal para ser seu ministro da educação. Os livros didáticos foram traduzidos para o árabe, e os estudos históricos e sociais deveriam refletir as preocupações nacionalistas árabes. À vista disso, uma academia árabe foi criada para encontrar termos árabes para uso científico e tecnológico.

A posse do governo árabe de Faysal foi, no entanto, muito curta para que essas reformas se fizessem sentir em todo o país. O acordo Sykes-Picot de 1916 dividiu o Oriente Médio árabe em zonas de influência britânicas e francesas, um arranjo confirmado e dado status legal na Conferência de San Remo de abril de 1920, que concedeu à França poderes mandatários sobre a Síria. Um mês antes, no entanto, o congresso sírio tinha proclamado a independência da Grande Síria (incluindo o Líbano e a Palestina) com Faysal como seu rei.

A França, considerando esta ação como uma usurpação de seus direitos, emitiu um ultimato exigindo que Faysal aceitasse o mandato francês e reconhecesse o controle francês sobre o país. Faysal tinha pouca alternativa a não ser sucumbir. Sua aceitação das condições francesas, entretanto, não havia alcançado o alto comando francês no período especificado - alguns suspeitam que foi deliberadamente desconsiderado pelos franceses.

O general Henri Gouraud, comandante das forças francesas no Levante, imediatamente marchou suas forças em direção a Damasco. Uma pequena força árabe, desorganizada e mal equipada, sob o comando do Ministro da Defesa de Faysal, Yousif al-'Azma, bloqueou o caminho dos franceses em avanço no Passo de Maisalun. As unidades árabes foram superadas em número e desarmadas pelo avanço dos franceses.

Eles logo foram sumariamente derrotados e, no processo, 'Azma foi morto. Damasco foi devidamente ocupada em 24 de julho de 1920, e Faysal foi forçado ao exílio. Os franceses então dividiram o país em quatro distritos separados, o Grande Líbano, Aleppo, Latakia e Damasco, um arranjo político-administrativo que persistiu até a Segunda Guerra Mundial.

De vida curta e às vezes caótico e ineficiente, o governo nacional árabe, no entanto, foi a primeira realização real dos ideais do nacionalismo árabe. Os esforços intencionais do governo para levar publicamente a tocha nacionalista árabe e conscientemente esforçar-se para instilar suas faíscas nos corações e mentes da população síria se tornariam o modelo para os futuros pensadores e ativistas nacionalistas.

E o "martírio" de 'Azma pela causa nacionalista permaneceria presente na consciência coletiva das sucessivas gerações nacionalistas. Contado e recontado, o episódio ganhou proporções míticas e heróicas para se tornar o grampo nacionalista para a juventude síria. O governo Faysal de curta duração em Damasco conseguiu realizar o primeiro programa

institucionalmente organizado para promover os valores e o sentimento dos arabistas. Esses pequenos passos iniciais serviriam de base para os gigantescos avanços que o nacionalismo árabe daria algumas décadas mais tarde.

A perda de ofício de Faysal foi tão breve quanto seu reinado na Síria. Onze meses após sua expulsão da Síria, Faysal chegou ao Iraque para ser coroado, dois meses depois, em agosto de 1921, o rei do Iraque sob mandato britânico. Os britânicos haviam reunido o país a partir de três províncias do extinto Império Otomano: Bagdá, Mosul e Basrah. O estado reunido tinha pouca lógica étnica ou religiosa. Basrah ao sul era esmagadoramente xiita, Bagdá e a parte central eram principalmente sunitas; e Mossul no norte continham populações não-árabes substanciais, das quais as mais importantes eram os curdos. Exacerbando essas divisões étnicas e sectárias havia uma vasta divisão cultural entre cidade e tribo. Esses cismas tornaram impossível para um líder local emergir e ser aceito pela população. (MARR, 1985, p. 35)

Os britânicos, portanto, ficaram encantados com a disponibilidade inesperada de Faysal. Eles acreditavam que a postura árabe de Faysal o tornaria aceitável para os iraquianos, ou pelo menos minimizaria a oposição a ele. O mais importante, talvez, era que os britânicos acreditavam que a experiência de Faysal com os franceses na Síria, e seu caráter maleável, até flexível, o faria adotar uma postura pragmática e não-confrontacional aos interesses e posição britânica no Iraque.

Foi no estado infante do Iraque que uma teoria coerente do nacionalismo árabe foi lançada, depois promovida e desenvolvida através de um extenso programa nacional de educação. O homem responsável pelo esforço foi o ministro da Educação de Faysal na Síria, Sati 'al-Husri, que havia seguido seu patrono para o Iraque. Foi Husri que, através de numerosas palestras no Iraque e em outras cidades árabes, deu ao conceito de "nacionalismo árabe" a coerência intelectual e sofisticação. Ele também foi responsável pela criação de uma infraestrutura educacional, cujo objetivo principal era disseminar ideias e sentimentos nacionalistas árabes na consciência das futuras gerações árabes.

4.1 O Iraque como Farol para o Nacionalismo

Nas duas décadas seguintes à Primeira Guerra Mundial, os defensores do nacionalismo árabe deram muito de si para propagar a ideia entre os povos de língua árabe da área. Seus esforços realmente deram frutos, pois a mensagem foi lenta, mas decidida, alcançando uma audiência crescente.

Para muitos nacionalistas árabes nas décadas de 1920 e 1930, o Iraque parecia mais bem equipado para preencher o papel heróico desempenhado pela Prússia ao unir os povos de língua alemã em um Estado-Nação alemão unificado. Sami Shawkat, um discípulo de Sati 'al-Husri, diretor geral de educação do Iraque na década de 1930, escreveu: "A Prússia há sessenta anos sonhava em unir o povo alemão. O que impediria que o Iraque sonhasse em unir as terras árabes? Agora que alcançou seu sonho de se tornar independente?" (MUFTI, 1996, p.30).

Tais esperanças de unificação árabe pareciam estar bem investidas no Iraque. Os nacionalistas relembrariam o passado e orgulhosamente apontam para a brilhante civilização que floresceu em Bagdá sob a dinastia abássida, numa época em que o Ocidente definhava na escuridão de suas eras medievais.

Além das alegações de validade histórica, o Iraque nas décadas de 1920 e 1930 era um dos únicos quatro países com uma medida de independência, pelo menos em questões de política interna. Os outros três eram o Iêmen, a Arábia Saudita e o Egito. Os dois primeiros, no entanto, foram considerados muito atrasados e tribais para liderar um renascimento árabe.

O Egito, o país de língua árabe mais “avanhado”, era o líder natural, e deveria ter assumido o leme da marcha nacionalista árabe. Contudo, ainda não estava disposto a assumir esse papel. Enquanto a identidade árabe do país estava crescendo, ainda residia diretamente na sombra da identidade “egípcia” muito mais dominante. Além disso, foi no Iraque que a sede intelectual do nacionalismo árabe residiu na pessoa de Sati 'al-Husri, cujas idéias estavam provocando um eco receptivo entre as elites políticas do país.

Husri e outros nacionalistas árabes, muitos dos quais eram seus discípulos, decidiram tornar o Iraque o farol do qual as idéias nacionalistas árabes se espalhariam para o resto do mundo árabe. Consciente das divisões sociais do Iraque e da existência de muitas identidades e lealdades particularistas, os nacionalistas começaram a ressuscitar a idéia do nacionalismo árabe, com o objetivo expresso de torná-la a narrativa dominante no país. Naturalmente, concentraram-se nas escolas, que esperavam se tornassem o terreno fértil para futuras gerações de nacionalistas árabes.

Para este fim, Husri fez questão de nomear professores que compartilhassem sua própria visão. Freqüentemente, esses professores não eram iraquianos, muitos deles palestinos, que haviam recebido educação da Universidade Americana de Beirute. Ensinaram nas escolas secundárias das principais cidades do Iraque e, como tal, exerceram ampla influência sobre as ideias e inclinações políticas da próxima geração de líderes iraquianos. O principal objetivo desse esforço educacional foi o ensino do “tipo certo” de história.

A estrutura organizacional do currículo de história tinha dois elementos paramétricos: a idéia da unidade da nação árabe e do arabismo do Iraque. O foco seria a absoluta positiva - grandes conquistas árabes, histórias de heroísmo e bravura, exemplos de nobreza e generosidade, o espírito de sacrifício, fortaleza diante da adversidade, tudo o que, segundo o estudante, formava a essência da o “caráter árabe”. E no espírito da ordenança de Husri, a maior parte do livro é um panegírico das realizações militares e científicas dos árabes, e sua contribuição para o progresso do mundo sob as dinastias Ummayad e Abássida.

Os cinco séculos de dominação otomana são considerados merecedores de não mais do que onze páginas. Isto é seguido por uma igualmente discreta menção à supremacia política e cultural da Europa, enfatizando principalmente o papel dos colonialistas. A mensagem aqui refletia a missão do mensageiro. A história era, na verdade, “ideologia guiada”, um veículo para a inculcação e / ou resurreição da idéia de uma “nação árabe”, cujas raízes, disseram aos estudantes, se estendiam profundamente nos anais da história.

Não há dúvidas de que, durante os anos 20 e 30, um número crescente de cidadãos e membros de vários países e regiões do Oriente Médio de língua árabe apoiava a idéia de que além de seu local imediato também pertenciam a uma irmandade árabe mais ampla, uma nação árabe abrangente, baseada em uma base de linguagem comum, cultura e “laços de sangue”. O apoio da idéia, dos intelectuais nacionalistas e ativistas políticos, agitou-se

não apenas pela aceitação mais ampla de suas crenças, mas também por um programa político voltado para a unificação árabe.

Se o resultado final era uma unidade árabe orgânica ou algum tipo de federação de estados árabes, não era neste momento tão importante para os defensores do nacionalismo árabe quanto a convicção de que não havia contradição nenhuma entre pertencer à nação árabe, assim como aspirar para um estado-nação árabe e ser membro de uma das partes geográficas constituintes da nação.

Que os expoentes da ideia nacionalista árabe existiam dentro no primeiro plano do pensamento e da ação política, e que expressaram suas convicções com força durante esse período é indiscutível. Mas, da mesma forma, sua influência e eficácia não devem ser exageradas. Os nacionalistas árabes ainda enfrentavam muitos obstáculos ao conceito de uma nação árabe coerente e unificada que de fato diminuía seu apoio.

E isso não é surpreendente. Além das circunstâncias particulares do Oriente Médio Árabe, um grande domínio nacional em geral é intelectualmente amorfo demais para comandar o tipo de lealdade geralmente dado as instituições tradicionais e familiares imediatas. No mundo de língua árabe, durante esse período, havia muitas instituições e entidades com as quais as pessoas se identificaram - região, tribo, seita, etc. - para permitir que a “nação árabe” emergisse como a primeira e principal ponto de lealdade das pessoas.

Desde o início, o nacionalismo árabe, que em si é uma forma de supranacionalismo, no sentido de que seu apelo, bem como sua agenda política, se estende além das fronteiras geográficas dos estados árabes, teve que competir com o Islã, a outra grande ideologia supranacional. Sem dúvida, durante esse período, quando quase todas as partes do Oriente Médio de língua árabe estavam sob alguma forma de dominação colonial ou imperialista, islâmicos e os arabistas toleravam se toleravam, às vezes até cooperavam uns com os outros. Mas isso era puramente tático, já que por definição os objetivos que definiam a própria essência de suas identidades tinham que ser mutuamente exclusivos.

A única questão que consistentemente encontrou eco entre as populações urbanas e de fala árabe do Oriente Médio foi o crescente perigo da imigração judaica na Palestina. Ali estava uma preocupação que uniria os nacionalistas árabes, os islamistas e os incrédulos da Grande Síria. Das diferentes fidelidades e perspectivas, todos concordariam com a necessidade de resistir às mudanças demográficas que estavam em curso na Palestina.

A expansão das oportunidades educacionais, a introdução do rádio e a proliferação de jornais no período entre guerras tornaram a questão palestina mais acessível. Já em 1928, a visita a Bagdá por um conhecido sionista britânico, Alfred Mond, deparou-se com manifestações de rua generalizada. Mas, no geral, a preocupação popular não ecoou nos pronunciamentos e políticas oficiais. A revolta árabe de 1936-1939 na Palestina mudou esse panorama. (MARR, 1985)

4.2 A Palestina como elo de união árabe

A revolta que mais tarde veio a ser conhecida como "A Segunda Grande Revolta", foi uma revolta nacionalista pelos palestinos árabes na Palestina Mandatória⁵ contra a administração britânica, exigindo a independência árabe e o fim da política de imigração judaica aberta e a consequente compra de terras com o objetivo declarado de estabelecer um "Lar Nacional Judaico". A dissidência foi diretamente influenciada pela rebelião Qassamita, após a morte do Sheik Izz ad-Din al-Qassam em 1935, bem como a declaração do Hajj Amin al-Husseini de 16 de maio de 1936 como "Dia da Palestina" e a convocação de uma greve geral.

A revolta foi marcada por muitos no como *Yishuv* no hebraico, que seria basicamente algo "imoral e terrorista", muitas vezes comparando-a ao fascismo e ao nazismo. Ben Gurion, no entanto, descreveu as causas árabes como sendo o medo do crescimento do poder econômico judeu, a oposição à imigração judaica em massa e o medo da identificação inglesa com o sionismo. (MORRIS, 2001)

A greve geral durou de abril a outubro de 1936, iniciando a violenta revolta. A revolta consistiu em duas fases distintas. A primeira fase foi dirigida principalmente pelo elitista Comitê Árabe Superior (CAS) e se concentrou principalmente em greves e outras formas de protesto político. Em outubro de 1936, essa fase havia sido derrotada pela administração civil britânica usando uma combinação de concessões políticas, diplomacia internacional (envolvendo os governantes do Iraque, Arábia Saudita, Transjordânia e Iêmen) e a ameaça da lei marcial.

A segunda fase, iniciada no final de 1937, foi um movimento de resistência violento e liderado por camponeses, provocado pela repressão britânica em 1936. Forças britânicas eram cada vez mais alvos recorrentes. Durante essa fase, a rebelião foi brutalmente reprimida pelo Exército Britânico e pela Polícia Palestina usando medidas repressivas que tinham a intenção de intimidar a população árabe e minar o apoio popular à revolta. O papel do lado árabe foi assumido pelo clã Nashashibi, cujo partido PDN⁶ rapidamente retirou-se do Comitê Superior Árabe rebelde, liderado pela facção radical de Amin al-Husseini, e em vez disso ficou do lado dos britânicos - despachando "Fasail al-Salam" (as "Bandas da Paz") em coordenação com o Exército Britânico contra as unidades "Fasail" ("bandas" literalmente) nacionalistas e jihadistas (NORRIS, 2008 pp.24-25)

⁵ Era uma entidade geopolítica sob administração britânica, esculpida na Síria otomana após a Primeira Guerra Mundial. A administração civil britânica na Palestina operou de 1920 a 1948. Durante sua existência, o território era conhecido simplesmente como Palestina, mas, em anos posteriores, uma variedade de outros nomes e descriptores foram usados, incluindo o Mandato Palestino obrigatório, o Mandato Britânico da Palestina e a Palestina Britânica.

⁶ O Partido da Defesa Nacional foi criado por Raghib al-Nashashibi no Mandato Britânico da Palestina em dezembro de 1934. O partido era considerado menos extremista do que o mais popular Partido Árabe Palestino. Seu programa pedia uma Palestina independente com maioria árabe e rejeição da Declaração Balfour. O partido foi representado no primeiro Comitê Superior Árabe, em 26 de abril de 1936, mas logo se retirou e conseguiu evitar ser banido quando todos os outros partidos nacionalistas árabes palestinos foram suprimidos pelas autoridades em 1º de outubro de 1937. O partido ajudou ativamente os britânicos durante a Revolta Árabe e foram considerados colaboradores e sujeitos a ataques e assassinatos. O segundo Comitê Superior Árabe tentou excluir membros do NDP da inclusão da delegação árabe-palestina na Conferência da Mesa Redonda de 1939. Um acordo foi alcançado e Raghib al-Nashashibi e um colega juntaram-se à conferência dois dias após o seu início.

Os contornos do desenvolvimento histórico são moldados por eventos consequentes. Alguns, como as revoluções americana, francesa e russa, acabam tendo um impacto além do local imediato, outras têm consequências não intencionais. A derrota de Napoleão na Prússia em 1805 acelerou -é quase tentador dizer, criou- o nacionalismo cultural alemão, que estabeleceu as bases para a unificação da Alemanha em 1871. Embora não seja da mesma magnitude, a revolta árabe na Palestina, que começou com uma greve geral em 1936, depois ganhou ímpeto para se tornar uma revolta completa que durou diuros três anos e conquistou a vida de três mil árabes, dois mil judeus e seiscentos britânicos.

Fato esse que acabou levando o conflito para a consciência árabe, tornando a Palestina e a questão árabe mais importante. A pressão popular obrigou os governos árabes e as lideranças políticas a se manifestarem publicamente em apoio aos árabes palestinos, a intervir com os britânicos nos planos de dividir o país e, finalmente, a cooperar para falar com uma voz oficial em conferências internacionais. (CLEVELAND, 2000)

A Conferência de Londres de 1939 para palestinos, governos árabes e judeus foi o primeiro esforço cooperativo coordenado por governos e lideranças árabes, fomentando a crença de que os árabes, onde quer que estivessem, compartilhavam interesses, preocupações e aspirações semelhantes. Esse sentimento de unir os corações árabes a uma causa verdadeira estava sendo continuamente alimentado por uma forte campanha palestina, enfatizando que a questão palestina deveria ser a preocupação de todo árabe e muçulmano. "A defesa do caráter árabe da Palestina"

O plano britânico de dividir a Palestina, portanto, gerou temores tão grandes da possibilidade de um Estado judeu que, imediatamente após seu anúncio, e sua aceitação pelo Emir ‘Abdallah da Jordânia, que viu uma oportunidade de expandir seu próprio domínio, foram estabelecidos planos em andamento. para a convocação de um “congresso pan-árabe”. E, dois meses depois, mais de quatrocentos nacionalistas do Iraque, Egito, Síria, Arábia Saudita, Palestina e Trans-Jordânia se reuniram na cidade síria de Bludan para iniciar uma conferência que produziu resoluções veementemente anti-sionistas e uma rejeição absoluta de qualquer partição da Palestina (K HOURY, 1987)

A conferência, cujos participantes foram oficialmente sancionados por delegados e nacionalistas independentes, foi um exemplo inicial do envolvimento gradual de governos árabes nos assuntos palestinos e árabes. E isso se deveu em grande parte à pressão popular.

Foi a avassaladora opinião pró-palestina entre as populações árabes que acabou por forçar uma resposta dos governos árabes recalcitrantes. Afinal, os governos tiveram que trilhar uma linha tênue entre duas pressões conflitantes: o peso da opinião pública, por um lado, e, de outro, as demandas políticas dos ingleses e franceses que, em virtude de sua presença física nesses países, exerciam uma quantidade desmedida de influência sobre os governos indígenas.

Independentemente de seus verdadeiros motivos, os governos árabes não podiam senão intervir de uma maneira ou de outra no conflito palestino por causa da crescente pressão da população (ou pelo menos dos segmentos importantes e vocais daquela população). De fato, os eventos de 1936-1939 poderiam ser vistos como o exemplo histórico em que

pela primeira vez, as lideranças árabes deveriam embarcar em um esforço cooperativo alimentado pela realização de interesses árabes comuns. Isso foi ocasionado pela Conferência St James de Palestinos dos Países Árabes, patrocinada pelos britânicos, a Agência Judaica e Representantes dos Governos Árabes, realizada em Londres em 1939. Os resultados da conferência foram inconclusivos, mas em termos de assuntos inter-árabes, a decisão de que os líderes árabes iriam se reunir no Cairo antes da conferência talvez fossem o subproduto mais importante. (PORATH, 1977, p. 282)

No Cairo, eles concordaram com uma posição árabe comum e, de fato, essa posição foi totalmente cumprida durante toda a duração da conferência de Londres. Nurial-Sa'id, o primeiro-ministro do Iraque, confirmou mais tarde que a consulta ‘inter-árabe’ e o acordo em uma frente unida era a dimensão mais importante do esforço. Ele expressou sua esperança de que “o encontro histórico sirva como a pedra fundamental para o estabelecimento de uma Liga Árabe e Oriental”. O príncipe Faysal bin 'Abd al-'Aziz, chefe da delegação Saudita, ecoou este sentimento: “Pela primeira vez em nossa história, testemunhamos essa clara manifestação de cooperação e solidariedade dos países árabes. Pela primeira vez, estamos unidos. Esperamos que esta conferência sirva como um precedente útil para resolver outros problemas e fortalecer as bases da nossa unidade” (PORATH, 1986)

Esta frente unida não só durante a conferência, mas também mais tarde, quando a inconclusão da reunião de Londres levou o governo britânico a publicar unilateralmente um documento, que ficou conhecido com Livro Branco, prometendo independência palestina dentro de dez anos. No dia seguinte à sua emissão, o primeiro ministro do Egito anunciou que os governos árabes haviam decidido contra a recomendação dos termos do Livro Branco aos árabes palestinos.

Esse envolvimento árabe conjunto e unido na questão palestina foi descrito por Elie Kedourie, um crítico vigoroso da política britânica e do nacionalismo árabe como ‘fatídico e talvez movimento fatal’, pois introduziu os estados árabes “que haviam limitado de maneira limitada os dois grupos em um território mandatado”.(KEDOURIE,1974, p. 222)

Seja como for, o que é relevante para nossos propósitos é que os eventos palestinos de 1936–1939 contribuíram não apenas para o crescimento do sentimento nacionalista árabe entre o povo árabe, mas também para uma nascente solidariedade entre os governos árabes.

O aumento das manifestações de tendências arabistas e atividade política continuou durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Isso poderia ser discernido no nível popular pela maneira como a operação Rashid 'Ali de 1941 contra os britânicos no Iraque foi recebida por outros árabes. Rashid 'Ali al-Gaylani era o primeiro-ministro do Iraque desde março de 1940, mas cada vez mais favorecia uma posição neutra na guerra europeia e abriu negociações com os alemães. Numa época em que a Síria estava sob o controle da França de Vichy, a Grã-Bretanha não podia se dar ao luxo de ter um primeiro-ministro iraquiano que não apoiava os interesses e as políticas britânicas.

Conseqüentemente, o embaixador britânico exigiu a renúncia de Rashid 'Ali, que foi finalmente, e sob muita pressão, dada em 31 de janeiro de 1941. Isso, no entanto, enfureceu os oficiais do exército nacionalista árabe que tornou-se ascendente nas forças

armadas. Dentro de dois meses eles executaram um golpe no qual Rashid 'Ali foi devolvido ao poder e todos os elementos pró-britânicos das elites dominantes, incluindo o regente, príncipe Abd al-Illah, escaparam para posições britânicas ou para países vizinhos. Todavia, as forças britânicas no Iraque, ajudadas por unidades da região árabe da Jordânia, derrotaram o exército iraquiano, entrando em Bagdá em 1 de junho de 1941, junto com o príncipe 'Abd al-Illah e os outros que tinham deflagrado o golpe nacionalista.

Um acontecimento de curta duração e sem sucesso, os eventos que cercaram o golpe de Ali e a guerra com a Grã-Bretanha, apesar de tudo, enfraqueceram a imaginação de outros árabes, que a perceberam como uma heróica insurreição de um país árabe contra o controle imperial estrangeiro. Houve um apoio entusiástico aos iraquianos na Síria, em que fundos foram levantados e enviados para o Iraque, e alguns oficiais cruzaram a fronteira para se juntarem aos seus irmãos iraquianos.

O partido nacionalista árabe Ba'th, na época pequena e sem estrutura, sentiu o peso dos acontecimentos no Iraque e lançou um movimento de vitória no Iraque. No Egito, o golpe de Rashid 'Ali criou distúrbios que aumentaram os problemas do governo pró-aliado de Husayn Sirri Pasha. Certamente, por hora, um interesse popular mais amplo nos assuntos árabes era claramente discernível no território egípcio. (LITTLE, 1967, p.87)

Essa mudança era tão clara que em 1942 foi formado o Clube da União Árabe, que se dedicava a promover relações mais estreitas e laços mais fortes com outros árabes com o objetivo de defender os direitos dos países e regiões árabes. O clube abriu filiais em Bagdá, Damasco, Beirute e Jaffa. Tornou-se suficientemente influente para o primeiro-ministro egípcio Nahas Pasha endossar a plataforma do clube, confirmado que seu governo tinha "grande interesse nos assuntos das nações árabes irmãs, estava sempre pronto a defender seus interesses e direitos e visto com grande interesse a questão da unidade árabe". (PORATH, 1986, p.195)

Estas não eram palavras ociosas. Não só o Egito, mas também o Iraque estava começando a explorar várias idéias, planos e propostas para alguma forma de unidade árabe. O processo foi iniciado pelo primeiro-ministro Nuri al-Sa'id, em janeiro de 1943, ele apresentou aos britânicos um Plano para uma "União da Crescente Fértil", Nuri começou seu memorando enfatizando que o Iraque não era apenas um vizinho dos outros países árabes da Crescente Fértil, mas sim simbioticamente ligado a eles por laços fundamentais linguísticos, nacionais, religiosos e econômicos.

Ainda assim, embora todos desejassem alguma forma de unidade árabe, Nuri reconheceu as diferenças que existiam entre eles. Ele então propôs um processo de dois estágios para uma união árabe abrangente. No primeiro estágio, a Síria, o Líbano, a Palestina e a Transjordânia estariam unidos em um único estado, com certa autonomia, garantida pela comunidade internacional, medidas de proteção para os judeus na Palestina e também para os cristãos do Líbano. Uma vez que este estado da "Grande Síria" tivesse sido formado, ele se uniria ao Iraque em uma "Liga Árabe" à qual outros países árabes poderiam aderir, se assim desejassem.

Contudo, o Egito criou uma série de dificuldades aos planos iraquianos de assegurar a liderança regional, muitas até muito pertinentes, mas a real intenção era mostrar cada vez mais aos companheiros árabes que o Egito era quem traria as verdadeiras mudanças à região. Por isso em junho de 1944, o governo egípcio convidou formalmente os outros

governos árabes e lideranças políticas para uma conferência em Alexandria sobre o tema da unidade e cooperação árabes. A conferência durou de 25 de setembro a 8 de outubro e incluiu representantes dos governos do Egito, Iraque, Síria, Líbano, Jordânia, Arábia Saudita e Iêmen, além de representante dos palestinos árabes. Em sua conclusão, a conferência formulou o “Protocolo de Alexandria”, que se tornou a base para o estabelecimento formal da Liga Árabe em 1945, com sede no Cairo.

Embora reconhecendo os muitos laços que unem os árabes, o Pacto da Liga Árabe foi essencialmente um acordo entre os estados árabes soberanos. O prólogo do acordo caracterizou os membros como “desejos de fortalecer as relações íntimas e os numerosos laços que ligam os estados árabes e ansiosos por apoiar e fortalecer esses laços com base no respeito pela independência e soberania desses estados”. (HOURANI, 1947, pp. 120-130)

Em certo sentido, a Liga representava para os países árabes um compromisso perfeito entre a identidade árabe e suas identidades locais mais particulares. Era uma afirmação clara de que esses países e domínios eram membros de um sistema árabe mais amplo, no qual todas as partes constituintes eram altamente recomendados a buscarrem laços mais estreitos, o pacto também afirmou inequivocamente a independência e a soberania dos estados árabes. Para as lideranças árabes, a criação da Liga Árabe foi uma confirmação de que a tensão entre as duas identidades concorrentes, local versus nacional, não precisa constituir um jogo de soma zero. O fato de não ser nesse caso em particular era, de fato, uma função dos objetivos e interesses das elites dominantes.

Entre o público em geral, especialmente, é claro, seus segmentos urbanos e educados, a Liga representou um passo bem-vindo em direção à cooperação global árabe, mas também, ao enfatizar a soberania política, um possível obstáculo para futuras iniciativas de união. O estabelecimento da Liga Árabe criou, de fato, uma tensão entre a unidade árabe e o Estado árabe, que se desenrolaria nas turbulentas décadas dos anos 50 e 60. Em outro nível, a Liga Árabe institucionalizaria o papel de liderança do Egito no mundo árabe, implantando sua presença na consciência árabe, cuja força total só seria sentida uma década depois.

Há pouca dúvida de que o estabelecimento da Liga Árabe geralmente levou ao aumento do sentimento dos arabistas. O aumento da interação entre as elites estava fadado a ter um efeito de transbordamento sobre outras instituições e atividades da sociedade, como a mídia, as associações profissionais e as trocas e interações educacionais e culturais.

Até mesmo visões críticas da Liga por parte dos grupos nacionais que achavam que o apoio da Liga à soberania do Estado dificultava a unidade árabe orgânica, ou da multidão local -que considerava a Liga uma violação à soberania do Estado e um passo em direção ao eventual desaparecimento dos vários estados árabes- faziam parte de um debate geral que deveria trazer as idéias do nacionalismo árabe para a linha de frente da consciência árabe.

Talvez não seja coincidência que o Partido Ba'th , um veemente, quase fanático, propagador do nacionalismo árabe e da unidade árabe, que mais tarde viria a se tornar um importante ator na política inter-árabe, cresceu rapidamente na segunda metade da década de 1940. O congresso oficial fundador do partido foi convocado em abril de 1947, em Damasco, atraindo cerca de 250 participantes de vários países e regiões árabes, a maioria

era de cristãos sunitas e ortodoxos que pertenciam à classe média urbana ou eram membros da nobreza rural. (DEVLIN, 1976, p. 17)

O primeiro princípio da constituição do partido, adotado no congresso, afirmava que o mundo árabe era "uma unidade política e econômica indivisível". Outros princípios estabeleceram os árabes como uma unidade cultural. De fato, os árabes não eram apenas uma nação, mas uma nação muito especial "com uma missão eterna".(HAIM, 1962)

Mesmo que tivesse que operar clandestinamente, ramos do partido foram abertos no Líbano, Iraque e Jordânia, e o recrutamento foi estendido a outras partes do mundo árabe entre 1948 e 1951. Embora ainda não seja uma força política importante, o Partido Ba'th, na segunda metade da década de 1940, rapidamente conseguiu apoio popular suficiente para estabelecer uma presença no cenário político sírio. O crescimento do partido foi um sintoma da aceitação gradual das ideias nacionalistas árabes entre os árabes, particularmente as classes urbanas educadas.

Os anos 1940 foram anos de rápida expansão das idéias nacionalistas árabes. No final da década, os ideólogos e ativistas nacionalistas conseguiram implantar o nacionalismo árabe na consciência de pessoas até então não familiarizadas com os princípios da idéia, ou resistentes a elas. Não mais um novato, ficando muito atrás de outras lealdades e identidades, o nacionalismo árabe agora poderia tomar seu lugar como um legítimo e sério candidato às lealdades políticas das pessoas. E há pouca dúvida de que a revolta árabe de 1936-1939 na Palestina contribuiu significativamente para a ascensão da idéia.

Mas essa ascensão, por considerável que fosse, não deveria nos levar a pensar que, ao longo dos anos 40, o nacionalismo árabe se tornara o foco principal das lealdades ideológicas das pessoas. As identidades conflitantes, que já foram suscitadas, eram igualmente potentes e, em alguns casos, muito mais arraigadas e, consequentemente, continuavam a reivindicar a lealdade das pessoas. Olhando para a identificação duradoura das pessoas com seu local imediato, clã, tribo, seita, religião e no país, só se pode supor que, apesar de seu crescimento impressionante, o nacionalismo árabe era, em muitos aspectos, ainda um sentimento minoritário.

E, em uma reviravolta do destino supostamente um tanto estranha e até contra-intuitiva, a primeira guerra árabe-israelense, 1948-1949, que os nacionalistas árabes esperavam constituir a glória suprema de seu credo, na verdade acabou, pelo menos no curto prazo. termo, reforçando as orientações regionais, particularistas e islamistas, em detrimento da "conexão" árabe. Aos olhos dos árabes, o início da guerra significou a unidade de propósito árabe, a base sobre a qual a unidade árabe seria construída.

No final da guerra, o esforço cooperativo árabe deu lugar a um ambiente de acusações amargas e recriminações mútuas, e as esperanças que brilhavam tão brilhantemente haviam se transformado em uma amarga desilusão com as divisões, ciúmes e incompetência dos próprios representantes árabes.

5. O início dos embates com Israel

As raízes imediatas da primeira guerra árabe-israelense remontam a fevereiro de 1947, quando o chanceler britânico Ernest Bevin, admitindo que a Grã-Bretanha, o poder mandatório, havia perdido o controle sobre a Palestina, encaminhou o assunto às Nações Unidas. Em 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas, sob forte pressão dos Estados Unidos, votou pela participação da Palestina entre os judeus e os árabes. A Liga Árabe declarou que não reconheceria um estado para os judeus na Palestina e que os membros da Liga seriam encorajados a intervir na Palestina.

Imediatamente após a retirada final dos soldados britânicos da Palestina em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion e outros líderes judeus proclamaram o nascimento do Estado de Israel no território sob seu controle naquela data. Em resposta ao anúncio de Ben-Gurion, unidades dos exércitos do Egito, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque entraram na Palestina.

A entrada dos exércitos árabes na Palestina confirmou os próprios princípios do nacionalismo árabe. Ali estavam os países árabes, unidos na Liga Árabe apenas três anos antes, unidos em seu compromisso com seus irmãos árabes na Palestina, despachando seus exércitos para derrotar os israelenses iniciantes. Mas a ostensiva demonstração de união árabe ocultou profundas divisões que tinham pouco a ver com o compromisso ideológico e tudo a ver com ambições pessoais e rivalidades. O rei 'Abdallah cobiçou a incorporação da Palestina em seu domínio e, de preferência, a criação de uma Grande Síria Hashemita⁷. Os sírios, de olho no enorme apetite irredentista de 'Abdallah, temiam a Jordânia mais do que Israel.

Os iraquianos não tinham objeções a uma aquisição de hashemitas, desde que se tornassem sócios seniores; os egípcios, por outro lado, não estavam dispostos a permitir que os hashemitas reivindicassem os espólios da guerra; nem Ibn Sa'ud, cuja Arábia Saudita foi criada apenas depois de derrotar os hashemitas.

O questionável compromisso dos líderes árabes com a causa é claramente demonstrado pelo número insuficiente de soldados nos exércitos árabes e as táticas usadas na guerra. Em nenhum momento a força combinada dos exércitos árabes excedeu a dos judeus. Depois da guerra, Israel deveria propagava sistematicamente a parábola do judeu “Davi”, valentemente enfrentando o “Golias” árabe.

A verdade, no entanto, era completamente diferente. “Em meados de maio de 1948”, conta Avi Shlaim (2000), “o número total de tropas árabes, regulares e irregulares, operando no teatro palestino estava abaixo de 25.000, enquanto as Forças de Defesa de

⁷

A família real governante da Jordânia. A casa era também a família real da Síria (1920), Hejaz (1916-1925) e Iraque (1921-1958). A família pertence ao Dhawu Awn, um dos ramos dos Sharifs Hasanid de Meca - também conhecido como Hashemitas - que governou Meca continuamente a partir do século 10 até sua conquista pela Casa de Saud em 1924. Seu ancestral epônimo é Hashim ibn Abd Manaf, bisavô do profeta islâmico Muhammad. A dinastia atual foi fundada por Sharif Hussein ibn Ali, que foi nomeado como Sharif e Emir de Meca pelo sultão Abdul Hamid II em 1908, e em 1916 foi proclamado rei das terras árabes (mas reconhecido apenas como rei do Hejaz) após iniciar a revolta árabe contra o Império Otomano. Seus filhos Abdullah e Faisal assumiram os tronos da Jordânia e do Iraque em 1921.

Israel girava em de 35.000 tropas. Em meados de julho, as mesmas forças mobilizaram 65.000 homens em armas, e em dezembro seus números atingiram o pico de 96.441 ”.

Além de sua inferioridade quantitativa, os exércitos árabes eram “tão cautelosos quanto os israelenses, e suas operações militares às vezes eram feitas sob medida para manter um olho nas posições e intenções militares um do outro. Os israelenses eram os principais beneficiários de tais suspeitas inter-árabes ” (BARNETT,1998).

O resultado foi um fracasso político e militar. As populações árabes, contadas para esperar uma vitória rápida, esperavam ansiosamente os frutos da ação conjunta dos árabes. Em vez disso, eles foram testemunhas de exércitos árabes e governos competindo por sua própria fatia da Palestina, e pela glória que seria acumulada por eles individualmente. Seu esforço "unido" não tinha coordenação alguma no campo, tanto que eles se desdobraram para não ajudar uns aos outros e, de fato, em alguns casos, sabotaram um ao outro.

Não foi surpresa que, logo após a guerra, o nacionalismo árabe tenha sofrido um duro golpe. Não foi que a idéia tenha perdido seu apelo, mas apenas o reconhecimento de que as estruturas políticas contemporâneas no mundo árabe eram não apenas incapazes, mas também, e de forma mais desalentadora, indesejosos de querer realizar as aspirações nacionalistas árabes.

Não foi difícil para as populações árabes perceberem que, no geral, eram as ambições políticas e a competição, e não a fidelidade aos interesses nacionais árabes, que ditavam o esforço de guerra. E para aqueles que ainda estavam dispostos a dar aos líderes políticos árabes o benefício da dúvida, o Emir ‘Abdallah da Transjordânia logo iria reprimir qualquer otimismo persistente.

Em setembro de 1948, os egípcios sugeriram a criação de um governo palestino em terras ocupadas na época pelos exércitos egípcio e jordaniano. O Emir ‘Abdallah rejeitou veementemente qualquer iniciativa desse tipo e, em vez disso, projetou a convocação de uma conferência em Jericó que defendia a anexação da Cisjordânia à Transjordânia.

Isso produziu um grande protesto no mundo árabe. Até mesmo o governo do Iraque Hashemita, sob pressão da opinião pública, condenou a idéia, extraindo uma promessa de ‘Abdallah para congelar a proposta por enquanto. ‘Abdallah concordou, desde que os países árabes retirassesem seu apoio de qualquer noção de um governo palestino.

Enquanto isso, ‘Abdallah conduziu negociações secretas com os israelitas sobre a possibilidade de um acordo de paz que institucionalizaria a absorção da Cisjordânia na Jordânia. Quando essas negociações foram tornadas públicas, a Liga Árabe, respondendo ao desgosto popular universal das negociações jordaniano-israelenses, se reuniu na primavera de 1950, e em uma referência indisfarçada a ‘Abdallah, proibiu qualquer país árabe de concluir um tratado de paz com Israel. ‘Abdallah respondeu anunciando a absorção da Cisjordânia no que agora ficou conhecido como o Reino Hashemita da Jordânia.

Irritado com a ação jordaniana, e temendo uma diminuição em sua centralidade na área, o Egito exigiu a expulsão da Jordânia, mas o Iraque e o Iêmen pressionaram contra a posição do Egito, e quando a Grã-Bretanha e os EUA apoiaram a ação de Abdallah, o

Egito e a oposição da Liga se calaram. Foi provavelmente nesse ponto que o público árabe se tornou cético em relação à Liga Árabe e às iniciativas de unidade empreendidas pelos governos árabes.

Essa cautela sobre as intenções governamentais ficou evidente em uma iniciativa da federação sírio-iraquiana no final de 1949. Em outubro, membros da hierarquia do Partido Popular Sírio, que era tradicionalmente próximos aos iraquianos, abriram negociações com Bagdá para alguma forma de união entre os países. Enquanto os sírios procuravam uma federação livre que mantivesse sua ordem política republicana, os iraquianos optaram por uma união mais orgânica. Eles exigiram uma liderança federal centralizada, um corpo diplomático comum, integração financeira e monetária e a fusão dos dois exércitos sob um comando unificado. (KHADURRI,1951)

Percebendo-a como essencialmente uma união que reforçaria o poder regional não apenas do Iraque Hashemita, mas também de seu aliado das grandes potências-a Inglaterra- a iniciativa foi friamente recebida entre os governos e as populações do mundo árabe. Mesmo no Iraque, a oposição era generalizada, não apenas dos suspeitos de costume, neste caso os curdos e xiitas, os tradicionais opositores das iniciativas de unidade árabe, mas também de um segmento apreciável da população sunita.

Esses indivíduos achavam que não era tanto o nacionalismo árabe, mas as ambições políticas pessoais do regente iraquiano, o príncipe 'Abd al-llah, que determinaram a busca do Iraque pela união e sua posição de negociação e táticas nas negociações. A unidade com o Iraque prevaleceu entre as fileiras do exército sírio. Os oficiais sírios estavam determinados a não serem enganados em uma união com o Iraque monárquico e estavam determinados a preservar a independência das instituições da Síria.

Desconfiados das motivações de seu governo e desconfiados das intenções Hashemitas, o exército sírio decidiu fazer sua jogada antes que as negociações se concretizassem. O exército executou um golpe bem-sucedido e imediatamente cortou negociações com os iraquianos. Embora o golpe militar não fosse necessariamente um movimento "antinacionalista", exibia um crescente senso de localismo sírio, uma tendência de medir a eficácia das iniciativas de unidade à luz de seus custos e benefícios para a Síria.

De todos os países árabes, o que mais se deslocou para os assuntos internos foi o Egito. Na esteira do desastre da guerra palestina, houve uma nova afirmação do localismo egípcio. Alguns chegaram a pedir a retirada da Liga Árabe para que o país pudesse se concentrar em seus próprios assuntos seguindo o exemplo de Mustafa Kemal Attaturk na Turquia após a Primeira Guerra Mundial. E quando um plano sírio parcialista para a unificação árabe foi apresentado à Liga Árabe em 1951, um importante jornalista egípcio, lembrando o desastre árabe na Palestina, brincou desdenhosamente de que os árabes se assemelhavam a "um homem que não conseguiu cultivar meio acre e agora eles impõem a ele o cultivo de mil acres. " (CHEJNE, 1957, pp. 258-263)

A resposta do exército egípcio foi talvez a mais reveladora. Sua atenção foi voltada totalmente para o Egito. Viu a derrota na Palestina como prova da corrupção e incompetência do regime monárquico e do impacto debilitante que o imperialismo britânico exercia sobre a sociedade e a política egípcias. A missão do exército, portanto, era limpar o Egito desses males gêmeos. Houve pouco esforço para ver o Egito como parte de um fenômeno imperialista mais geral, que naquela época estava afligindo todo o mundo árabe. A preocupação do exército era concentrada exclusivamente no Egito e,

ironicamente, a guerra na Palestina teve que suportar pelo menos uma parte da culpa por afastar as mentes egípcias da nação árabe.

As ironias históricas, no entanto, são a base do desenvolvimento humano. Apesar de seu impacto negativo sobre o nacionalismo árabe no curto prazo, a guerra na Palestina acabou sendo um grande catalisador para o dramático ressurgimento do nacionalismo árabe na década de 1950. Como tantos outros eventos na história, foram as consequências não intencionais da guerra que contribuíram para o aumento do sentimento dos arabistas menos de uma década depois. E aconteceu no Egito, a terra menos hospitaleira para as idéias do nacionalismo árabe e da unidade orgânica árabe.

5.1 O nascimento e consagração da figura Nasser como líder

Três anos após a humilhação do exército na Palestina, jovens amargurados, culpando o governo palestino pela debacle da Palestina e pela corrupção em seu próprio país, executaram um golpe militar que derrubou o regime monárquico. Os oficiais eram liderados por um coronel jovem e quieto, porém carismático, chamado Gamal 'Abd al-Nasir. Mais do que qualquer outra figura ou instituição política, o Coronel e depois, o presidente Nasser e suas políticas estariam inexoravelmente ligados à ascensão do nacionalismo árabe como a ideologia dominante na área.

Quando Gamal 'Abd al-Nasser retornou ao Egito depois do fiasco da Palestina, seus primeiros pensamentos não eram sobre o nacionalismo árabe; eles se concentraram no Egito -na corrupção de sua ordem política e social e no domínio continuado dos britânicos em sua vida política. De fato, essa preocupação primordial com os assuntos internos do Egito prevaleceu nos pensamentos de Nasir, mesmo quando ele estava cumprindo seu dever "nacionalista árabe" na Palestina.

Nasser ficou desgostoso com a incompetência do Alto Comando Egípcio e ficou aborrecido com a corrupção dos departamentos governamentais responsáveis pelo fornecimento de armas "que eram freqüentemente mais perigosas para o usuário do que para o inimigo". Tais idéias não eram exclusivas de Nasir; eles estavam na mente de muitos dos oficiais do exército egípcio, que retornaram ao Egito derrotados e humilhados, ecoando em seus corações a exortação de um de seus camaradas caídos para "lembra que a verdadeira batalha era no Egito". (MANSFIELD, 1965)

Ser um patriota egípcio era então lutar para limpar o Egito da presença britânica e salvaguardar a integridade territorial do Egito. Foi para alcançar esses dois objetivos que o exército se rebelou contra a monarquia em julho de 1952. O líder do golpe era o general Muhamed Neguib, mas o poder real dependia de um comitê de 11 funcionários, cujo reconhecido líder era o coronel 'Abd al-Nasir. Eles partiram imediatamente para reformar e eventualmente transformar os sistemas políticos e econômicos do Egito.

Nesse período inicial da revolução, eles não mostraram interesse nos assuntos árabes. O foco foi na campanha contra a Grã-Bretanha e seus aliados ocidentais. E foi nessa postura essencialmente anti-imperialista que o nacionalismo árabe encontrou sua voz mais vibrante. Fica-se tentado a dizer que Nasser entrou no nacionalismo árabe pela porta dos fundos do anti-imperialismo. Nasser não tinha pensado seriamente no nacionalismo árabe como uma categoria autônoma na maneira como Sati 'al-Husri concebeu.

Para Nasser, a presença britânica em solo egípcio tornou impensável para o Egito entrar

em acordos de segurança com o Ocidente. Mas o Egito não pôde resistir à pressão ocidental por conta própria. Para montar uma ofensiva contra alianças ocidentais, o Egito precisaria aproveitar o crescente potencial revolucionário anti-imperialista árabe. E para fazer isso efetivamente, Nasser sabia que ele tinha que reorientar o Egito em direção ao caminho nacionalista árabe.

Essa conversão à causa do nacionalismo árabe, na qual Nasir usaria as extensas capacidades do Egito, particularmente seu indiscutível domínio cultural, seria transmitido ao resto do mundo árabe por meio do rádio. Como nenhum outro líder árabe ou egípcio antes dele, ou entre seus contemporâneos, Nasir reconheceu o imenso poder do rádio, um poder que, como orador encantador, ele usara de forma vigorosa e eficaz. Desde o início do regime, Nasir dedicou recursos financeiros consideráveis à expansão da radiodifusão pública. A “Voz dos Árabes” iniciou suas transmissões de rádio para o mundo árabe em julho de 1953.

Sob a liderança agora comprometida do Egito sob Gamal ‘Abd al-Nasir, o nacionalismo árabe tornou-se um movimento revolucionário que ressoaria entre a massa de povos árabes, independentemente das divisões políticas do mundo que essas pessoas habitavam. Nesse ponto, a maioria dos árabes não conseguia conceber o movimento nacionalista árabe sem a liderança do Egito e seu líder carismático.

Foi nessa época que grandes segmentos da população instruída, enfeitiçados pelo poder da idéia árabe e seduzidos pelo carisma de Nasser, passaram a acreditar apaixonadamente, ainda que inquestionavelmente, no triunfo inquestionável e inevitável do nacionalismo árabe. E, de fato, co, episódio do Pacto de Bagdá o Egito de forma plena, inequívoca e vigorosa no coração da política árabe.

Em janeiro de 1954, os Estados Unidos, em resposta a um pedido iraquiano de ajuda militar, usaram uma linguagem que parecia amarrar a aprovação americana à participação do Iraque em um "acordo de segurança regional". Dada a orientação política da elite política do Iraque, particularmente de Nuri al-Said, foi uma conclusão que o governo de Bagdá responderia favoravelmente à proposta americana. Por volta do outono de 1954, Nuri al-Sa'íd iniciou o processo que acabaria por terminar com o anúncio do Pacto de Bagdá. (PODEH, 1995, p.63)

Nuri viajou para o Cairo para discutir com os planos de segurança de Nasir para a região. A reunião foi paralisada com Nasir reiterando sua posição de que a segurança regional deveria recair sobre os próprios países árabes, e Nuri insistindo que somente com a ajuda das potências ocidentais o Iraque e a região poderiam impedir a agressão soviética e comunista. O problema estava na linha de neutralidade na luta ideológica e política entre as superpotências que Nasser enfatizava, Nuri não podia conceber um caminho político para os árabes que se divorciaram do Ocidente. (MARR, 1985)

No início de janeiro de 1955, durante uma visita do primeiro-ministro turco, Adnan Menderes, foi anunciado que o Iraque e a Turquia pretendiam entrar em uma aliança militar em breve. Isso aparentemente foi uma grande surpresa para Nasir e os líderes egípcios. Nasir pensara que ele havia conseguido uma promessa de Nuri de não fazer um movimento significativo na direção de uma aliança com o Ocidente sem antes consultá-lo.

Em resposta, Nasser convocou uma reunião de primeiros ministros árabes no Cairo com a intenção de condenar a proposta de ação iraquiana. Mas o máximo que os primeiros ministros conseguiram chegar de conclusivo, foi o envio de uma delegação ao Iraque para persuadir Nuri a mudar de curso ou, no mínimo, adiar o tratado pendente. A delegação incluiu o Coronel Salah Salem, um membro sênior do grupo governante do Egito.

Um esforço que acabou trazendo poucos resultados. Em 25 de fevereiro de 1955, o Iraque assinou um título, o Pacto de Bagdá, que foi projetado para ser o primeiro passo de uma aliança de segurança regional envolvendo o Paquistão e o Irã e a possível futura participação dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Nuri imediatamente convidou outros países árabes para participar.

A resposta do Egito foi rápida e resoluta. No plano político, buscou-se assegurar sua própria posição diplomática na região e isolar politicamente o Iraque. No início de março, menos de duas semanas após o anúncio formal do Pacto de Bagdá, o Egito formou sua própria aliança com a Síria, que foi endossada pela Arábia Saudita, o tradicional inimigo dos Hashemitas. Afirmava-se que a aliança era apenas o primeiro passo na integração mais ampla do mundo árabe.

Nasir enviou forças egípcias para serem estacionadas nas fronteiras da Síria com o Iraque e a Turquia. Esses movimentos foram concretizados mais tarde no ano em que, em nome do nacionalismo árabe, foi assinado o Pacto de Defesa Mútua entre o Egito e a Síria, que seria seguido uma semana depois por outro pacto com a Arábia Saudita, ao qual o Iêmen aderiu.

Os movimentos representaram os esforços determinados de Nasir para isolar politicamente o Iraque e exibir de forma concreta à opinião pública árabe que havia alternativas árabes para as alianças ocidentais. No entanto, Nasir sabia que isso em si não seria suficiente para garantir que o equilíbrio de forças continuasse a favor do Egito.

Assim, além da diplomacia, a capital egípcia desencadeou uma intensa campanha de propaganda contra o Pacto de Bagdá, contra aqueles que o assinaram e os outros que estavam pensando em assiná-lo. A campanha foi travada através da “Voz dos Árabes”, que dominou as ondas de rádio da região. O Iraque não tinha capacidade para levar a guerra das palavras para o Egito, e só possuía capacidade limitada para interferir nas transmissões egípcias em seu próprio quintal.

A aura de Nasir foi impulsionada ainda mais pelo surgimento de um movimento mundial de líderes que rejeitavam alianças tanto com os Estados Unidos quanto com a União Soviética, buscando uma posição não alinhada. O primeiro grande encontro do movimento ocorreu na cidade indonésia de Bandung em abril de 1955.

Nessa conferência, Nasir se juntou a alguns dos mais importantes líderes do Terceiro Mundo da época, incluindo o marechal Tito da Iugoslávia, o primeiro-ministro Nehru da Índia, Premiê Chou En -Lai da China e o Presidente Sukarno da Indonésia, todos os quais se esforçaram para garantir aos seus países uma posição neutra entre as duas posições aparentemente irreconciliáveis do Oriente e do Ocidente naqueles anos altamente inflamáveis da Guerra Fria dos anos 50. Como um evento internacional, a reunião em Bandung atraiu um intenso escrutínio do mundo. Bandung confirmou na mente dos árabes

a afirmação de Nasser de que os líderes árabes podem seguir políticas independentes do Ocidente.

As palavras de Nasir foram tratadas pelos outros líderes e pela mídia como representando não apenas o Egito, mas o mundo árabe. Quando ele falava, falava com a confiança e o comportamento de alguém que sabia que tinha a população árabe o apoiando. Ele estava se tornando cada vez mais à vontade com seu novo papel como líder do nacionalismo árabe e o principal propagador de sua mensagem que prescrevia a independência dos árabes de todos os interesses e ideologias estrangeiros.

Houve até uma tentativa de uma entrada da Jordânia no Pacto de Bagdá, em que a Turquia sugeriu reforçar a defesa da Jordânia contra Israel e a Síria, e a Grã-Bretanha ofereceu 5,5 milhões de libras esterlinas em armas, mais ajuda para o desenvolvimento industrial e energético, e prometeu rever o tratado anglo-jordaniano.

Contudo, Nasser havia orquestrado um pacto com o exército Tcheco para compra de armas- algo que teve grande impacto geopolítico- e com outras medidas complementares foi minando toda a ideia de que o Pacto de Bagdá poderia ser uma saída possível para os companheiros árabes. E, de fato, o Pacto de Bagdá nunca se expandiu no mundo árabe e foi finalmente suspenso em 1959, quando o que seria o novo governo republicano do Iraque retirou seus membros.

5.2 A crise do Suez

O próximo evento importante que contribuiu para a ascensão do movimento nacionalista árabe foi a Crise de Suez, em 1956 - a nacionalização de Nasir da Companhia de Canal Suez, de propriedade anglo-francesa, e a consequente invasão do Egito por Israel, Grã-Bretanha e França. A crise pode ser atribuída aos esforços de Nasir e seus colegas para construir a represa de Assuã, que desde o primeiro ano da revolução egípcia foi o maior esquema de desenvolvimento planejado pelo novo regime. A represa foi constantemente anunciada como o símbolo de um novo Egito dinâmico e industrializado.

Em dezembro de 1955, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Banco Mundial ofereceram ajuda ao Egito na construção da represa. Esta oferta foi acompanhada, no entanto, por várias condições, incluindo a supervisão do Banco Mundial do orçamento do Egito e sua balança de pagamentos, bem como um compromisso egípcio de não buscar ajuda de fontes comunistas. Nasir recuou diante de tais estipulações, que, em sua opinião, equivaliam ao controle estrangeiro sobre a economia e a política externa do Egito. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, por outro lado, decidiram na época que a oferta era feita de que a resposta de Nasir às condições associadas à oferta seria um fator importante na avaliação das perspectivas futuras de sua cooperação com o Ocidente.

O reconhecimento feito pelo Egito da República Popular da China em conjunto com a demissão do representante Britânico das forças armadas da Jordânia, só serviram para confirmar a teoria das potências ocidentais de que Nasser estava se alinhando fortemente ao poderoso soviético. Então em julho de 1956, a oferta de assistência ao Egito foi oficialmente retirada porque “a capacidade do Egito de dedicar recursos adequados para assegurar o sucesso do projeto tornou-se mais incerta do que no momento em que a oferta foi feita”. Representando não somente uma rejeição ao Egito, mas um ‘tapa público humilhante na cara’, implicando a falta de crédito do Egito.

Enfurecido, Nasir, declarou que, como o Ocidente não estava disposto a ajudar a financiar a represa de Assuã, o Egito não teve alternativa a não ser levantar o dinheiro por conta própria. Isso só poderia ser alcançado com a nacionalização da Companhia do Canal de Suez. Uma lei nacionalizadora da companhia anglo-francesa seguiu, com Nasir lembrando explicitamente a sua platéia extasiada que o momento deveria ser apreciado não apenas pelos egípcios, mas por todos os árabes, pois era uma afirmação da soberania, dignidade e orgulho árabes, e uma vitória para os árabes e seus nacionalismo triunfante sobre as forças perpétuas do colonialismo e do imperialismo.

Os britânicos responderam conspirando com os franceses (preocupados com o apoio do Egito à revolução argelina) e com os israelenses (que buscavam o fim dos ataques de *fedayyin*⁸ a Israel). O objetivo desse conluio era recuperar a soberania do Ocidente sobre o canal, derrotar o Egito militarmente e, assim, minar o prestígio e a liderança de Nasir do movimento nacionalista árabe.

O ataque tripartite começou em 29 de outubro com a invasão israelense do Sinai, seguido no dia seguinte por um ultimato anglo-francês para ambas as partes cessarem o combate dentro de doze horas e para retirar suas forças a dezesseis quilômetros de ambos os lados do Canal, para permitir que as forças anglo-francesas se movam entre os dois combatentes. O ultimato, que efetivamente convocou os egípcios a retirar suas forças por mais de 100 milhas, permitindo que os israelenses avançassesem até o Canal sem nenhuma resistência, pareceu a Nasir tão absurdo que ele inicialmente acreditou ser um blefe.

Mas em 31 de outubro, aviões britânicos e franceses começaram a bombardear o aeródromo egípcio. Em menos de vinte e quatro horas, os agressores conseguiram neutralizar as bases aéreas do Egito. Em 4 de novembro, paraquedistas britânicos e franceses desembarcaram no Porto de Sa'id, na extremidade mediterrânea do canal, e dois dias depois, após pesadas lutas e vítimas egípcias. A cidade estava nas mãos dos invasores. Imediatamente, uma coluna blindada britânica começou a avançar pelo Canal na direção de Ismailia e Suez, as outras duas grandes cidades do Canal.

Os ingleses e franceses precisavam desesperadamente da ajuda financeira americana para compensar o custo extra do fornecimento alternativo de petróleo depois que os egípcios bloquearam o Canal de Suez afundando navios nele, e os sírios explodiram dutos transportando petróleo de propriedade britânica dos campos petrolíferos do Iraque para o Porto Mediterrâneo de Latakiya. Os americanos, no entanto, deixaram claro que qualquer ajuda financeira depende da cessação das hostilidades. A consequência imediata foi uma corrida pela libra esterlina nos mercados financeiros internacionais, e juntamente com um coro de condenação global, mesmo de aliados próximos e antigos, os ingleses e franceses tinham poucas alternativas a não ser deter a invasão.

Militarmente, as forças armadas de Nasir haviam perdido a guerra sumariamente. Mas politicamente no Egito e no mundo árabe, Nasir assegurou uma vitória famosa e retumbante. No final de 1956, em qualquer parte do mundo de língua árabe, o

⁸ Militantes ou guerrilheiros de orientação nacionalista do povo palestino. A maioria dos palestinos considera os fedayyin como "combatentes da liberdade", enquanto a maioria dos israelenses os considera terroristas.

nacionalismo árabe havia se tornado a ideologia dominante, e Nasser fora ungido como seu líder e guardião de sua consciência.

5.3 A República Árabe Unida

O equilíbrio árabe das forças políticas no verão de 1957 foi uma espécie de mistura para o reconhecido líder do nacionalismo árabe. No nível público em massa, o nacionalismo árabe era supremo, inigualável por qualquer outra ideologia e, consequentemente, nenhum líder árabe podia sequer tocar a popularidade universal de Nasir. Mas a maré da grande figura nacionalista árabe não era exatamente a melhor com as lideranças políticas dos países árabes

Seu único aliado político ativo era a Síria e, no verão de 1957, a Síria estava atolada em uma crise internacional ameaçadora. Em agosto, o ministro da defesa, Khalid al-'Azm, o patriarca de uma proeminente família proprietária de terras, ainda que declarado socialista, concluiu um importante acordo de ajuda militar e econômica com Moscou. Ele seguiu isso com a nomeação de 'Afil-al-Bizri, um oficial com pronunciadas condolências comunistas, como chefe de gabinete do país.

Os americanos, afligidos durante esta intensa era da Guerra Fria com o que só poderia ser descrito como neurose comunista, e instigado por forças anti-nasiristas na área, convenceu-se de uma iminente aquisição comunista na Síria. Tropas turcas avançaram pela fronteira com a Síria em setembro, e o governo turco insinuou que não toleraria os comunistas tomando o poder na Síria.

Nasir teve que tomar uma posição em defesa de seu único aliado radical remanescente. Ele desencadeou uma enxurrada de propaganda contra os Estados Unidos e seus "lacaios" no mundo árabe. Por mais de duas semanas, a rádio egípcia manteve um implacável ataque verbal contra o "imperialismo americano" e seus supostos clientes e apoiadores entre os governos árabes. Para uma boa medida, Nasir despachou um contingente militar para a Síria para ajudar em sua defesa.

Como um impedimento militar, era de pouco valor, mas em seu simbolismo, teve um impacto eletrizante na opinião pública árabe. Retratou Nasir como o defensor inabalável dos princípios nacionalistas árabes, contrastando-o nitidamente com os outros líderes árabes que, em seu apoio à Turquia não-árabe contra a Síria, confirmaram na percepção árabe seu compromisso aparentemente morno com o nacionalismo árabe.

Contudo, ao fim de 1957 a vida política síria era quase nula e uma divisão preocupante ganhava força. O embate era entre os conservadores feudais, os nasseristas e membros do partidos Ba'th, e por último os membros do partido comunista. Tal embate não teria tanta importância se ele já não tivesse chegada as esferas militares, deixando um conflito armado em escala nacional pronto para ocorrer.

De todos esses grupos concorrentes, o Partido Ba'th se destacou como a única instituição organizada que consistentemente e genuinamente agitava-se pela unidade política da "nação árabe". Consciente da paralisia que atolou os círculos políticos da Síria, que contrastava com o crescente clamor público por algum tipo de ação na direção da união com o Egito de Nasir, o Ba'th elaborou em dezembro um projeto para a união federal. A elaboração do documento não surpreendeu os apoiadores ba'thistas ou outros nacionalistas árabes.

Uma série de dificuldades começaram a ser apontados como o Egito ter proibido partidos políticos, criando a União Nacional, unitária e controlada; A Síria tinha um sistema multipartidário, que abrangia o espectro ideológico da extrema esquerda para a extrema direita. Os partidos Ba'th e Comunista na Síria eram ativos e bem organizados, e era uma questão aberta se eles aceitariam uma vida de anonimato político. Se qualquer coisa ocorresse, as chances eram que muito rapidamente eles se tornariam uma fonte de intrigas e conspiração.

Foi apontado também a ausência de uma fronteira geográfica comum. Não apenas isso, mas entre os dois segmentos do estado unitário proposto não havia outro senão o estado de Israel. No geral, os obstáculos políticos e geoestratégicos pareciam assustadores. As condições econômicas também não ofereciam grandes esperanças. No Egito, a moeda era a libra esterlina, e a economia estava mudando propositadamente para o planejamento central, enquanto na Síria a moeda era thelira, com uma economia baseada principalmente em práticas e transações comerciais de livre circulação.

Mesmo com todos esses pontos adversos, Nasser não podia deixar seu forte aliado simplesmente ruir em sua frente. Então, após uma série de rodadas de negociação, em fevereiro de 1958 foi criada a República Árabe Unida. Ele no entanto insistiu em uma fusão abrangente na qual o sistema político sírio se fundiria com o do Egito, adotando as instituições político-sociais deste último. Isso significava que todos os partidos políticos tinham que ser dissolvidos, o exército sírio tinha que se retirar da política, as duas economias tinham que ser misturadas, e o controle estatal e reforma agrária teve que ser estendido para a Síria. E mesmo com contrapropostas sírias sendo elaboradas, Nasser forçou para que suas vontades fossem atendidas.

A grande consternação sentida pelos governantes do Iraque foi mais do que ecoada pelo rei Hussein, da Jordânia, sobrecarregada por uma grande e radicalizada população palestina. Imediatamente após a formação da República, o rei Husayn iniciou uma série de reuniões com os líderes iraquianos que resultaram na criação de uma federação a ser nomeada “A União Árabe” em 14 de fevereiro de 1958.

No primeiro comunicado, que anunciava a união hashemita, os cidadãos da nova federação local foram lembrados de que eram os hashemitas os verdadeiros guardiões do nacionalismo árabe, já que era Hussein da Jordânia e Faysal do Iraque os herdeiros da Grande Revolta Árabe de 1916 e sua eterna mensagem nacionalista. Os dois reis hashemitas constituíam “a chama que guiaria a nação árabe em sua marcha em direção à sua declarada aspiração de unidade abrangente e universal”.

Todavia, eles estavam lutando uma batalha perdida. Sua união era pouco mais do que “uma admissão de sua própria fraqueza”. Ficou evidente nas discussões que antecederam o anúncio da “União Árabe” que Amã e Bagdá estavam montando uma ação quase desesperada de retaguarda. para segurar a linha contra o irresistível projeto nacionalista árabe de Nasser.

O problema era que a União carecia de apoio público. Em contraste com a euforia popular que saudou a fundação da RAU, a “União Árabe” foi recebida com silêncio e lassidão universais. E, de fato, os próprios hashemitas sabiam muito bem que há muito perderam o concurso de popularidade, uma realização que apenas intensificou sua raiva da nova República.

A iniciativa hashemita era defensiva e não criativa, nascida não por exuberância, mas por medo. O discurso da União poderia ter se revestido de sentimento nacionalista árabe, mas sua atualidade era diferente: era um empreendimento político, baseado num casamento institucional, projetado para montar um contraponto diplomático e estratégico para Nasir na região. O objetivo era salvaguardar e reforçar não apenas a segurança e a segurança dos dois reinos, mas também dos outros estados ameaçados pelo apelo popular do nacionalismo árabe, que foi ajudado vigorosamente pela propaganda do Egito, bem como em ocasiões por seus serviços de inteligência.

Era quase questão de tempo para que o próximo a cair na avalanche nacionalista árabe fosse a Jordânia hashemita. A União Árabe, o mesmo arranjo feito pelo rei Husayn para sua própria proteção, estava em ruínas, sufocada pelo sangue daqueles que, como ele, ousaram confrontar Nasir e o nacionalismo árabe. Em desespero, ele tentou dissociar o homem do movimento: "Queremos que Nasir saiba que o nacionalismo árabe nasceu antes dele." (BARNETT 1988)

Com o enfraquecimento do governo iraquiano, isso acabou por abrir uma brecha para novas aspirações poíticas. Em julho de 1958 há uma dita revolução no Iraque, em o general Qasim e seus apoiadores tomam o poder por meio de um golpe, e o maior adversário político de Nasser, o primeiro ministro Nuri, acaba morrendo. É fundada então a República do Iraque, que diferentemente do governo anterior reconhece a RAU, e demonstra seu projeto de um se tornar parte desse grande projeto nacionalista.

Se um analista pudesse legitimamente recuar e isolara um período específico, seja uma semana, um mês, um ano, da procissão em curso de desenvolvimento histórico, e apontar para este período no tempo como o ápice, o clímax florentino, de qualquer narrativa histórica que ele ou ela está contando, então o período após a revolução iraquiana, que durou pouco, mas representou o auge da ascensão implacável do nacionalismo árabe. Nesse breve momento histórico, as massas exultantes e energizadas acreditaram genuinamente e fervorosamente que tinham testemunhado a derrota final e ignominiosa daqueles que consideravam inimigos do nacionalismo árabe.

Movidos por esse espírito vitorioso, eles agora podiam esperar, pela primeira vez em quase quinhentos anos, transformar seu passado glorioso em um futuro brilhante e heroico. O processo começaria pela entrada do Iraque na RAU, que era aceita como uma conclusão precipitada, e isso constituiria a rocha sobre a qual Nasir construiria o Estado-Nação árabe.

Afinal, o Egito, a Síria e o Iraque eram o coração geográfico e cultural do mundo árabe, e sua unidade desencadearia um maremoto que levaria todos os célicos e pessimistas ao esquecimento histórico. A geração nacionalista acreditava inquestionavelmente que haviam formado uma nação; o estado agora esperava por eles.

6. A queda do Nacionalismo Árabe

O novo Iraque era comandando pelo General Qasim e o Coronel Aref após essa mudança de ares. Contudo, a decisão de entrada na RAU havia sido somente do Coronel Aref em suas reuniões com Nasser. Fato que acabou por criar uma rixa no governo, e que em setembro fez como que o Coronel perdesse seu posto de comando, e em novembro acabasse sendo preso.

O que era especialmente preocupante para os nacionalistas árabes era que a prisão de Aref parecia resultar não apenas da rivalidade pessoal entre os dois líderes da revolução iraquiana, mas de uma divisão política mais ampla entre e dentro das forças "progressistas" que, juntas, derrubaram o antigo regime. Atrás de Aref estavam os nacionalistas, aqueles que exigiam unidade imediata: Ba'thistas, Nasseristas e afins. Qasim, no entanto, criara uma coalizão composta de comunistas, curdos, indivíduos de esquerda não-affiliados e nacionalistas iraquianos, como os que pertenciam ao Partido Nacional Democrata.

O grupo que se uniu em torno de Qasim adotou o slogan "O Iraque primeiro" como um contrapeso à demanda nacionalista árabe de "unidade agora". O grupo "O Iraque primeiro" não era necessariamente contrário a alguma forma de união, mas a concepção deles era muito mais solta. do que aquele que os nacionalistas mantinham, no máximo um arranjo federal em que o Iraque manteria considerável autonomia.

O conflito chegou ao auge em 9 de março de 1959, quando uma tentativa de golpe contra Qasim por parte de oficiais nacionalistas árabes fracassou. A rebelião, centralizada na cidade de Mosul, no norte do país, recebeu ajuda substancial da RAU. O homem importante era o coronel Abd al Hamid Saraj, chefe de inteligência da região norte da RAU na Síria. Saraj foi informado da conspiração desde o seu início, e seus homens realizaram uma série de reuniões com os conspiradores iraquianos, que acabaram por receber armas e dinheiro.

Fica claro, portanto, que a luta entre Nasir e Qasim era mais do que um conflito entre dois líderes, ou mesmo entre dois estados. Foi um confronto entre dois caminhos ideológicos: nacionalismo árabe e nacionalismo baseado na soberania do Estado.

A frase "primeiro desafio real" é usada com prudência. Afinal, o nacionalismo árabe liderado por Nasir foi confrontado por nacionalismos estatais antes da revolução iraquiana. Os reinos do Iraque, Jordânia e Arábia Saudita contestaram vigorosamente a concepção egípcia de um nacionalismo árabe propositalmente irredentista, propondo a inviolabilidade da soberania do Estado, reconhecendo ao mesmo tempo que eles faziam parte de uma comunidade cultural maior.

Já não bastando as dificuldades causadas pelo Iraque, Nasser perceberia que a maneira como ele levaram a união com a Síria também lhe traria problemas. Primeiramente, a gestão egípcia abafou muito mais os gritos de liberdade síria, do que amplificaram- como era pensado que seria feito- o país foi basicamente tratado com uma colônia egípcia. (KRAMER, 1993)

Segundo que dada a precipitação com que a unidade foi declarada, problemas e dificuldades estavam fadados a atormentar o novo estado. Para começar, Nasir sabia

pouco sobre a Síria, suas informações sobre sua aceitação política no país vinham de um repórter conhecido e somente dele.

O partido Ba'th que veio a ser um dos grandes aliados depois da junção dos países, teve atritos com a figura de Nasser no passado, mas se mostraram contentes em esquecer os ocorridos do passado para fazer parte de um partido único no poder- e que eles pudessem fazer o projeto nacionalista cada vez mais real e forte junto com a heróica figura egípcia. Contudo, essas esperanças foram minada com a negação de Nasser em “Aceitar uma associação necessária de outros líderes progressistas na gestão da causa árabe e suas políticas” (STEPHENS, 1971).

Fato que tornou a trazer o ar de inimizade entre o partido e a figura de Nasser, criando algumas rachaduras internas entre os próprios membros Ba'th, enfraquecendo o movimento nacionalista. Os sírios tinham imaginado a RAU como uma união de iguais sob a liderança de Nasir. O problema era que, para todas as intenções e propósitos, não poderia haver igualdade entre um país de vinte e seis milhões de pessoas e outro de quatro milhões de pessoas. A Síria tinha pouca escolha a não ser seguir a sombra do Egito e fazer as coisas da maneira que os egípcios faziam.

Quando a euforia inicial na Síria diminuiu e a indignação de elementos-chave da sociedade síria aumentou, Nasir respondeu, dependendo mais de um pequeno círculo de operativos em seus serviços de inteligência e segurança. No verão de 1959, o Coronel Abd al-Hamid Saraj, chefe do aparato de segurança universalmente temido e detestado, tornou-se a figura política mais poderosa da Síria. Alguns dos mais fervorosos e leais partidários de Nasir estavam advertindo-o sobre os excessos de Saraj e o persistente autoritarismo.

Até agora, os sucessos de Nasir haviam sido construídos não no pluralismo político, mas em um autoritarismo centrado em um homem; sua propensão então era por um governo autoritário forte e centralizador. Em uma observação posterior a uma delegação iraquiana, Nasir rejeitou a noção da “separação de poderes”, chamando-a de “grande engano” e declarando que, na realidade, simplesmente não poderia existir”.

Além de todos os problemas políticos, os problemas econômicos também estavam aumentando. A economia da Síria foi construída sobre empresas privadas com pouca intrusão do Estado. Três anos antes da fusão entre Egito e Síria, um relatório do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) concluiu que uma das principais características do que o Banco descreveu como o rápido desenvolvimento econômico da Síria foi que ele foi “quase totalmente devido à iniciativa privada”.

Juntar-se ao Egito na RAU, entretanto, significava que a Síria teria que se conformar ao princípio socialista de controle estatal da economia que era praticado pelo Egito. Mas a classe executiva síria não podia aceitar as restrições econômicas de Nasir tão prontamente quanto sua contrapartida egípcia. O fluxo de capital acabou por sair da Síria e indo para as capitais europeias. A Lei da Reforma Agrária, promulgada em setembro de 1958 para alinhar a Síria com o Egito, foi recebida com muito ressentimento pelos poderosos proprietários de terras da Síria, e a situação não foi ajudada por uma sucessão de colheitas ruins que resultaram em grave escassez de *commodities* básicos.

Então, ao juntar a situação no Iraque, com a realidade síria, a República Árabe Unida começava a ruir. O que só piorou com uma iniciativa separatista da parte síria, que em setembro de 1961 aplicou um golpe acabando com a junção do país no projeto de República única, e salientou que aquelas diferenças pontuadas antes da junção, não puderam ser superadas (KRAMER, 1993).

De modo algum morto, mas o nacionalismo árabe sofreu um revés muito sério, o próprio Nasir apreciou a extensão do revés. Com os olhos quase cheios de lágrimas, descreveu a secessão síria como um ataque mais perigoso ao nacionalismo árabe do que o ataque tripartite ao Egito, durante a crise de 1956 no Suez. Os "reacionários árabes", como Nasir os chamava, se animariam com a secessão e entrariam agora na ofensiva contra o nacionalismo árabe. Mas ele insistiu que o nacionalismo árabe nunca seria derrotado, e que a RAU- Nasser decidira não mudar o nome - continuaria a carregar a tocha nacionalista e a carregaria vigorosa e propositadamente. (STEPHENS, 1971)

Os chamados reacionários, impulsionados pelos percalços que acometeu Nasser, aceitaram o desafio e montaram sua própria campanha contra o nacionalismo de Nasser, agora geralmente equiparado ao "comunismo" e ao "socialismo soviético". Os sauditas, baseando-se em seu status de guardiões da Kaaba, o santuário mais sagrado de Islã criaram sua própria "Carta Islâmica", que criticava "o falso nacionalismo baseado na doutrina ateísta". (LITTLE, 1967)

A Carta Islâmica representou não apenas uma denúncia grosseira do nacionalismo árabe de Nasir, mas também um convite a outros árabes e muçulmanos para que considerassem um caminho de idéias alternativas. A alternativa islâmica também veio com um sedutor pacote de indução financeira, no qual os sauditas abriam suas carteiras, transbordando de "petro-dólares", a fim de ajudar a abrir os olhos dos que duvidavam para o verdadeiro caminho.

Agora, o equilíbrio de forças no "estado", se não no nível "popular", parecia favorecer os inimigos do campeão do nacionalismo árabe. Isso ficou evidente no encontro da Liga Árabe na cidade balneária de Shtoura, em agosto de 1962. Uma vez reunidos, os sírios acusaram os egípcios de interferirem nos assuntos internos da Síria, uma reivindicação pronta e vigorosamente apoiada pelas delegações saudita, jordaniana e iraquiana. A civilidade foi atirada contra a parede, e a multidão árabe foi levada ao espetáculo de homens de meia-idade, atirando socos e cadeiras uns nos outros. Os egípcios indignados saíram da reunião, sozinhos e isolados, e a marcha nacionalista árabe seguia seu caminho, desanimada e em desordem.

Foi nesse período de estagnação do nacionalismo árabe, com quase um lampejo de luz no fim do túnel, que em setembro de 1962 um grupo de oficiais do exército tomou o poder no Iêmen, um dos países mais atrasados do mundo árabe, brevemente após a morte do governante absoluto, Imam Ahmad, e proclamou o nascimento da República do Iêmen.

O líder militar, o brigadeiro Abdallah al-Sallal, telegrafou imediatamente a Nasir retratando o golpe como um movimento social contra a reação e a tirania, e como um movimento político dedicado à meta nacionalista árabe de unidade árabe abrangente. Uma revolução nacionalista em um dos países mais atrasados do mundo árabe, que também faz fronteira com a Arábia Saudita, constituiu um revigoramento para Nasir e o nacionalismo árabe radical.

O Iêmen acabou por capturar um importante refém, e criou um linha de negociação com os sauditas. A ajuda do Egito foi pedida para que o caso se resolvesse da melhor maneira para eles. Nasir, acreditando que apenas apoio militar limitado era necessário, decidiu no final de setembro enviar instrutores, consultores e equipamento militar para San'a, capital do Iêmen. O que ele não sabia na época era que havia dado os primeiros passos para enrolar as forças armadas egípcias em um conflito prolongado que duraria mais de cinco anos inconclusivos e que teria um impacto debilitante no moral e na economia do Egito.

Enquanto isso, dois golpes militares ocorridos em Bagdá e Damasco erradicaram duas ordens políticas mais hostis à liderança do nacionalismo árabe de Nasir. Os dois golpes trouxeram as lideranças Ba'th, que, proclamando sua fidelidade ao credo nacionalista árabe, tomaram a iniciativa de se aproximar de Nasir para discutir planos para uma unidade tripartite entre o Egito, a Síria e o Iraque. Era evidente que a abordagem ba'thista para Nasir foi feita tanto pela legitimação e estabilidade doméstica quanto pela devoção ao nacionalismo árabe e à unidade árabe. Para os novos líderes em Damasco e Bagdá, a unidade com o Egito constituiria "o maior ato político que eles poderiam levar de volta ao seu povo".

Os ba'thistas iraquianos e sírios procuraram o prestígio de Nasir, mas desprezaram seu controle político. Eles foram especialmente cautelosos sobre a forma da unidade proposta. Aprendendo com a experiência de 1958, eles rejeitaram a amálgama orgânica. Os iraquianos pareciam sobrecarregados com a condição especial de seu país, com seus vários deslocamentos étnicos e sectários. Consequentemente, eles defenderam a criação de um arranjo federal que seria chamado de Estado Árabe Unido.

Por sua vez, os egípcios se aproximaram das negociações com a maior desconfiança. À luz dessa suspeita permanente, e a fim de salvaguardar a posição central do Egito em qualquer união, Nasir concentrou-se consistentemente nas conversações sobre o papel antecipado da liderança política da união projetada. Chegou a suspeitar que os sírios tentariam virar os iraquianos contra eles, e ele previu, em uma espécie de profecia auto-suficiente, que, como resultado de inevitáveis desentendimentos futuros com os ba'tistas sírios, o Egito se retiraria da unidade antes de quatro meses se passarem.

Com toda essa suspeita e desconfiança, apenas os acordos mais frágeis da unidade poderiam emergir. Consequentemente, em abril de 1963, uma declaração anunciava um período transitório de dois anos de estreita cooperação, no final do qual uma constituição federal seria promulgada.

Em maio, exatamente um mês após o anúncio do acordo, o jornalista Muhamed Hasaneen Haykal, consultor de Nasir (e porta-voz), argumentou que a coexistência, sem falar na cooperação, com a Síria Ba'th não era mais possível. A ruptura atingiu um clímax violento em julho, quando os Ba'thists acabaram um golpe pró-Nasir na Síria e executaram vinte e sete dos conspiradores. Exasperado e enfurecido, Nasir, em um importante discurso no final de julho, denunciou duramente os líderes ba'tistas da Síria, declarando que ele não seria mais "preso ao atual regime fascista na Síria", e que a camarilha de Damasco era fraudulenta e traiçoeiro, além de ser desumano e imoral.

Com a conclusão amarga deste último capítulo das relações entre o Egito e a Síria, as perspectivas de uma unidade árabe abrangente desapareceram. Houve um esforço

indiferente para estabelecer alguma forma de união entre os dois regimes Ba'histas na Síria e no Iraque, mas além da assinatura de um acordo cultural, a promessa da futura união militar e econômica, e muita conversa de fidelidade à causa árabe, nada muito substancial foi alcançado. O nacionalismo árabe como ideologia e movimento político não tinha sentido se seu objetivo final, a unidade orgânica de todos os árabes, fosse irrealizável.

6.1 A volta das atenções para Israel

Um fato que acabou mudando um pouco esse cenário de desunião foi Israel se aproximando da conclusão de seu projeto para desviar cerca de 75% do rio Jordão para irrigação e desenvolvimento industrial dentro de Israel. Líderes árabes enfrentaram tempos diferentes no passado ameaçaram que tal desvio seria considerado um ato de agressão por parte de Israel e, como tal, teria de ser respondido à força.

Nasser deu uma declaração dizendo que a fim de enfrentar Israel -que havia desafioado a todos na semana anterior, quando seu chefe de Estado-Maior se levantou e disse: "vamos desviar a água contra a vontade dos árabes, e os árabes podem fazer o que quiserem"- um encontro entre árabes Reis e Chefes de Estado deveria ocorrer o mais rápido possível, independentemente dos conflitos e diferenças entre eles. Aqueles com quem estamos em conflito, estamos preparados para nos encontrar; aqueles com quem temos uma briga, estamos prontos para o bem da Palestina.

Assim, ele apressou-se a imbuir a diplomacia de estado para estado com significado ideológico. Ele fez isso fazendo Israel, que não havia conseguido muito nos debates inter-árabes, o culpado pela mudança em sua política em relação aos outros árabes. Seu argumento era que, ao desviar a água do rio Jordão, Israel não estava simplesmente enfrentando a Síria e Jordânia; Era clara e arrogantemente ousar todo o mundo árabe para fazer algo sobre isso. (DAWN, 2000)

A causa do nacionalismo árabe sofreria danos incalculáveis se os árabes, consumidos por conflitos no meio deles, não reagissem vigorosamente. Nessa nova e perigosa circunstância, o que precisava ser enfatizado não era a unidade orgânica árabe, mas a unidade de esforços e fileiras entre os estados árabes para enfrentar esse inimigo jurado do nacionalismo árabe.

Em uma declaração abrangente, o objetivo do nacionalismo árabe foi reduzido da "unidade árabe" (a fusão de todos os árabes para um estado) à "solidariedade árabe" (a unidade de esforço e propósito entre os estados árabes soberanos). Para os incrédulos Nacionalistas árabes, a soberania tornou-se a pedra angular da nova definição do nacionalismo árabe. (BARNETT, 1998)

O nacionalismo árabe foi obrigado por definição, de forma imperativa e determinista, a corrigir os erros da divisão árabe, a unificar a entidade segmentada e a devolvê-la à sua condição natural. Para o nacionalista árabe comprometido, aceitar a soberania dos estados árabes negava a própria essência dessa crença axiomática. A necessidade de confrontar a ameaça "mortal" de Israel pode ter sido uma racionalização legítima para evitar a unidade árabe em favor da solidariedade dos estados árabes, mas no fundo de seus corações, os nacionalistas árabes viam como mais um revés para o nacionalismo.

As coisas começaram a esquentar quando em uma batalha aérea entre combatentes de aviões israelenses e sírios nas colinas de Golã, os israelenses abateram seis aviões sírios, e Damasco foi submetido à indignidade de uma exibição aérea improvisada pelos israelenses impetuoso. Irritados por esta humilhação pública, mas conscientes da superioridade gritante de Israel, os sírios solicitaram assistência militar do Egito, e para que os egípcios não vacilassem, o eles foram lembrados de suas obrigações para com a Síria sob os termos do recente pacto de defesa.

Nesse meio altamente carregado, cercado por uma aliança militar que ele assinou mais por seu valor simbólico do que por sua utilidade estratégica, e limitado por uma opinião pública cada vez mais frenética exigindo nada menos que a restauração dos direitos árabes na Palestina, Nasir fez o movimento fatal no meio de maio de enviar seu exército para o Sinai e fechar o Estreito de Tiran para o transporte marítimo israelense. Os árabes enlouqueceram com o primeiro desafio real ao poder e arrogância de Israel desde 1948.

A pressão sobre os outros líderes árabes para entrar na linha era imensa. No final de maio, o rei Husayn chegou ao Cairo para assinar um pacto de defesa com o Egito e colocar suas forças sob o comando egípcio. Os iraquianos se juntaram ao pacto logo depois, e despacharam uma divisão blindada para ajudar na frente síria. Preso no frenesi que se seguiu, os sauditas enviaram uma brigada para se juntar a seus irmãos árabes na frente também. Parecia que quase todos acreditavam na inevitabilidade da guerra e na certeza de derrotar a "entidade ilegítima".

Arrasados pelas emoções daqueles dias, os nacionalistas, não muito diferentes da maioria das populações árabes, acreditavam que a vitória estava próxima e, uma vez alcançada, daria nova vida ao nacionalismo árabe e daria a ele novo vigor e potência. Mas não era para ser. O que os esperava na esquina não era a vitória antecipada, mas uma devastadora calamidade militar e política. Em seis dias, no início de junho de 1967, Israel derrotou todos os exércitos árabes que se encontravam contra ele, ocupando no processo grandes pedaços de terra pertencentes aos três países que faziam fronteira com ele.

Dos egípcios, os israelenses tomaram a Península do Sinai, incluindo a Faixa de Gaza; dos sírios, conquistaram as colinas de Golan e, dos jordanianos, tomaram toda a margem ocidental do rio Jordão. A parte de maior sofrimento foi a perda de Jerusalém Oriental. No final do sexto dia, 11 de junho de 1967, os israelenses, se quisessem, poderiam marchar quase sem obstáculos para Damasco, Cairo e Amã. Tamanha era a extensão da vitória militar de Israel.

6.3 O reconhecimento do fim

A Guerra dos Seis Dias de junho de 1967 é geralmente aceita como um evento seminal na história árabe contemporânea, mas alguns analistas discordam da alegação de que também foi a última posição do nacionalismo árabe. Eles argumentam que, mesmo depois de junho de 1967, "o arabismo ainda moldava como os estados árabes deveriam se apresentar, representavam uma fonte de capital simbólico, os submetiam à opinião pública árabe e os mantinham responsáveis uns aos outros". (BARNETT, 1998, p.162)

É claro que isso é correto. O arabismo não foi perdido como uma identidade, ele continuou a estabelecer parâmetros gerais que os regimes árabes relutariam em transgredir. E os líderes árabes sabiam que as políticas que planejassem para seus estados

seriam escrutinadas e julgadas para além dos limites de suas fronteiras territoriais por um “público árabe” mais amplo. Mas o que continuou a viver foi o arabismo e não o nacionalismo árabe.

O arabismo era apenas remanescente do nacionalismo árabe, o que os árabes ficaram depois que o nacionalismo árabe chegou ao convés em junho de 1967. O que a Guerra dos Seis Dias fez foi irremediavelmente roubar o nacionalismo árabe do elemento crucial da unificação. Eles viviam, continuavam a reconhecer sua participação no espaço cultural chamado “o mundo árabe”, um reconhecimento compartilhado por governantes e sujeitos, eles não acreditavam mais na viabilidade da unidade política orgânica.

Durante os anos da era nacionalista, a década anterior à Guerra de 1967, as pessoas sentiam que não era inconcebível que alguma forma de unidade política ocorresse durante sua vida. Mesmo que a perspectiva se tornasse mais remota com cada revés que se abateu sobre a causa nacionalista árabe do final de 1958 em diante, ela continuou a viver nas aspirações do povo, particularmente entre as fileiras da geração nacionalista.

O nacionalismo árabe e seu objetivo radical de unidade árabe abrangente continuaram enquanto Gamal 'Abd al-Nasir e o Egito dominaram a política árabe. A relutância do Iraque em se juntar à República Árabe Unida (RAU), a separação da Síria da união, a operação militar perdulária e inconclusiva no Iêmen, o colapso das conversações de 1963, causaram ferimentos a Nasser, levando a perguntas sobre sua capacidade de unir os árabes.

Mas tal era a sedução do sonho, o anseio de pessoas por ele, e sua crença nos poderes do carisma de Nasir, que eles queriam manter esse sonho vivo. De fato, as esperanças foram revividas pelos eventos imediatamente anteriores à Guerra de 1967, e quem poderia dizer o que poderia ter acontecido se o Egito e os árabes, não Israel, tivessem conquistado uma vitória famosa?

Mas Nasser perdeu e perdeu infamemente. E, ao contrário dos outros “contratempos”, o escopo dessa derrota era tal que até o mais ardente e utópico credor discernia agora o eclipse permanente do carisma de Nasir. O que restou foi não mais do que um senso de proximidade cultural, um reconhecimento intelectual de hábitos e costumes comuns, uma crença de que algo chamado “arabismo” realmente existe. Sim, eles eram árabes, aqueles que viviam nos vários países de língua árabe. A maioria deles concordou com isso. Mas depois de 1967, dificilmente algum deles acreditava em sua eventual unidade política. Foi o estatismo árabe não o nacionalismo árabe que definiu a era pós-1967.

O principal objetivo do Egito agora se tornava “a erradicação das consequências da derrota”, e todas as atividades do país, incluindo seu envolvimento em assuntos inter-árabes, eram totalmente dependentes da consumação desse objetivo primordial. A lógica política do Egito tornou-se exclusivamente estatista. Essa tendência estatista foi cimentada na Cúpula dos Chefes de Estado árabes, que se reuniu na capital sudanesa, Cartum, em agosto de 1967. Ficou claro antes mesmo da convocação da Cúpula que a reunião endossaria “uma interpretação do arabismo consistente com soberania” (*ibid.*, p.165)

A aceitação do Egito desse princípio foi facilitada quando a Arábia Saudita, o Kuwait e a monárquica Líbia estenderam uma doação anual de US \$ 280 milhões ao Egito para compensá-lo pela perda de terras e de receita. Nasir tornou-se agora economicamente

devotado aos estados ricos em petróleo, conservadores e pró-ocidentais, os mesmos estados contra os quais seu ataque nacionalista árabe era almejado. O profeta do nacionalismo árabe parecia agora pronto a abandonar qualquer esperança pela unidade árabe, e era natural que o monopólio seguisse o exemplo e começasse a ver o Estado em um sentido mais tradicional, desprovido de suas armadilhas "revolucionárias"

Notava-se a ascensão dos países estatais, ricos em petróleo e o crescente respeito pelo poder político do "dinheiro" que quase tornaram o foco pré-1967 na "luta revolucionária" uma coisa do passado. Ele encapsulou essa transformação dramática e consequente em sua célebre frase de que a riqueza havia tomado o lugar da revolução. A Cúpula de Cartum e a institucionalização do poder do petro-dólar colocam o selo de legitimidade no regionalismo e no estatismo como base da política inter-árabe. (HEIKAL, 1978, p.260)

Abatido após 1967, Nasser passou a ser somente o Chefe de Estado egípcio, e não mais o líder um movimento político, e continuou assim até sua morte repentina em 1970. Seu vice-presidente, Anwar al-Sadat, o sucedeu. Ele poderia fazer pouco, mas prometer seguir fielmente os valores e políticas de seu antecessor. Em seus esforços para legitimar seu governo contra potenciais rivais durante o primeiro ano de sua presidência, Sadat invocava com frequência o legado de Nasir, proclamando o legado dos aliados na memória sagrada e em seus princípios.

No entanto, as coisas dão uma reviravolta, e o presidente egípcio continua a tendência do nacionalismo de acentuar a importância da soberania de cada Estado, e já em julho de 1972, menos de dois anos após a morte de Nasir, Sadat faria da "próxima batalha com Israel" uma função em primeiro lugar não do nacionalismo e da unidade árabes, mas do patriotismo e da domesticação doméstica. unidade

Inexistente em seu plano de governo era qualquer referência a "nacionalismo árabe", "unidade árabe" ou "revolução árabe", termos que eram quase a dieta básica dos discursos dos nasseristas. O "Egito" se tornou a preocupação obstinada de Sadat, constituindo a principal motivação para suas duas decisões importantes: a guerra de outubro de 1973 e sua viagem a Jerusalém e o consequente tratado de paz com Israel.

Embora as referências à terra ocupada pelos "árabes" tenham sido feitas inicialmente, a guerra do Yom Kippur foi travada para alcançar, em primeiro lugar, objetivos especificamente egípcios. Desde o início, a meta de Sadat era a Península do Sinai, onde um desafio bem-sucedido ao status quo forçaria os israelenses a repensar sua ocupação da região.

É verdade que o ataque surpresa a Israel em 6 de outubro de 1973 veio simultaneamente das frentes egípcia e síria depois de meses de planejamento pelos comandos militares dos dois países árabes, e a ofensiva coordenada poderia ter parecido aos sírios e outros árabes como um acordo de Ação "árabe" destinada a atingir metas "árabes", mas para os egípcios, foi realizada apenas para enfraquecer a resposta militar de Israel, forçando-a a lutar em duas frentes.

Dez dias depois da guerra, as condições do Egito para a cessação do combate foram delineadas por Sadat em um discurso para a Assembléia Nacional do Egito sem consulta prévia a Hafiz al-Asad, o chefe de estado sírio na época. O presidente sírio estava naturalmente empolgado, lembrando ao camarada de armas que ele tinha o direito de

conhecer as propostas de Sadat antes de ouvi-las no rádio. Então, em 22 de outubro, Sadat aceitou um cessar-fogo unilateralmente. Dois dias antes, Asad enviara uma carta pedindo que Sadat continuasse o curso. Sadat nem se deu ao trabalho de responder. Consequentemente, a primeira vez que os sírios ouviram sobre a decisão do Egito foi no Conselho de Segurança, quando o representante egípcio anunciou a aceitação do seu cessar-fogo por parte do governo. (HEIKAL, 1975, pp.234-237)

Se os sírios ou qualquer outra pessoa tivesse alguma dúvida sobre a determinação de Sadat em traçar um rumo separado para si e para seu país, essas dúvidas seriam dissipadas em 1975, quando Sadat assinou um plano apresentado pelo secretário de Estado americano, Henry Kissinger, que os israelenses retirariam-se de suas posições no Canal de Suez em troca de uma renúncia egípcia do uso da força contra Israel.

Sem dúvida, o acordo serviu aos interesses do Egito, pois permitiu que o Egito reabrisse o Canal e recuperasse os campos petrolíferos em Abu Rudeis. Mas não poderia escapar ao aviso de Sadat de que o plano era desastroso para a “causa árabe” porque tirou o Egito do conflito árabe-israelense, neutralizando não apenas o país árabe mais poderoso, mas também acabando para sempre no pesadelo geoestratégico de Israel de lutar em duas frentes.

Mais tarde, ele resolveu levar o pedido de paz para o coração de Israel, para Jerusalém nada menos. Se o seu movimento acabasse por trazer paz aos outros árabes, então isso seria um bônus bem-vindo, a cereja no topo do bolo. Mas foi principalmente para servir aos interesses do Egito que ele empreendeu sua viagem eletrizantemente dramática a Israel em dezembro de 1977.

Por mais que essa viagem deleitasse israelenses e ocidentais, surpreendeu os árabes com a descrença. E a disposição geral dos árabes não melhorou quando a ida para Jerusalém foi seguida pelo Acordo de Camp David, no outono de 1978, e finalmente com o Tratado de Paz Israelense-Egípcio, na primavera de 1979. Isso provocou uma ruptura diplomática imediata com o resto dos países árabes. E o Egito, uma vez o coração e o centro da política árabe agora residia em sua extrema periferia.

E assim, na década de 1980, a ideia da soberania do Estado árabe se institucionalizou não apenas nas regras do jogo que governavam as relações políticas no mundo árabe, mas também, e mais crucialmente, na própria consciência do público árabe, governantes e assuntos semelhantes. Poucos árabes nos anos 80 e 90 pensaram no nacionalismo árabe da mesma forma que uma geração anterior havia feito no período pré-1967. Enquanto naqueles dias o nacionalismo árabe era sinônimo de unidade política árabe, agora ele havia se transformado em uma espécie de conceito universalista, um arabismo cultural com certos tons políticos no sentido de fornecer um “guarda-sol” sob o qual os estados territoriais soberanos deveriam conduzir seus negócios.

Quando o nacionalismo árabe reinou supremo, foi capaz de relegar outras ideias e ideologias a um status periférico, até inconseqüente. No entanto, ao contrário do constitucionalismo liberal ou do marxismo, o islamismo nunca poderia ser erradicado das preocupações internas das pessoas, visto que foi incorporado na própria estrutura da sociedade muçulmana árabe. Em um nível pessoal, o Islã continuou a constituir um elemento crucial de identidade, mas foi aí que ficou, dominado pelo nacionalismo árabe, incapaz de se manifestar politicamente. Nas poucas ocasiões em que isso aconteceu, os

guardiões da narrativa nacionalista organizaram o poder brutal e implacável do Estado para mantê-lo sob controle.

Com a catastrófica derrota do nacionalismo árabe em junho de 1967, os grupos islâmicos radicais tornaram-se mais ativos, mais aventureiros e, consequentemente, mais proeminentes. Sua busca por recrutas cresceu mais facilmente, à medida que as pessoas procuravam uma alternativa ao nacionalismo secular cada vez mais desacreditado, reorientando sua visão para o passado, para o espírito de corpo muçulmano, para uma autenticidade intocada pela corrupção de valores estrangeiros.

Se fosse necessário um estímulo para finalmente mudar o islamismo radical das asas para o centro da atividade política, ele seria fornecido pela revolução iraniana de 1978-1979. Aqui estava a prova irrefutável do que os muçulmanos, guiados por sua fé, poderiam alcançar. Lá estava uma demonstração ao vivo do poder do Islã para colocar o Islã no poder.

7. Conclusão

Demorou algum tempo para a luz finalmente parar de incidir no nacionalismo árabe, mas a energia que a gerou foi cortada em junho de 1967. Depois da Guerra dos Seis Dias, o deslizamento do nacionalismo árabe em direção à marginalidade política tornou-se irreversível. E o que marcou esta sensação de fatalidade foi o fato de que foi o Egito sob Gamal 'Abd al-Nasir que perdeu. A devastadora derrota do Egito foi a perda mortal do nacionalismo árabe.

O destino do nacionalismo árabe durante as lutas, triunfos e reveses das décadas de 1950 e 1960 estava inexoravelmente ligado ao Egito e seu carismático presidente. Se fosse apenas a Síria ou a Jordânia, ou mesmo ambos, que perderam a guerra, não teria sido o desastre absoluto para o nacionalismo árabe que a guerra de junho acabou sendo. Mas o nacionalismo árabe não poderia sobreviver à humilhação abjeta em seu profeta reconhecido, que, através de sua estridente e excessivamente zelosa máquina de propaganda, havia prometido um fabuloso triunfo nessa batalha do destino.

Intrinsecamente ligado à derrota do Egito foi a consequente perda de carisma por Nasser. Max Weber (1947) definiu o carisma como “uma certa qualidade de uma personalidade individual em virtude da qual ele é separado dos homens comuns e tratado como se dotado de qualidades sobrenaturais, sobre-humanas ou, pelo menos, excepcionalmente específicas”. Foram essas qualidades percebidas que permitiram a Nasser assumir a incontestável liderança da marcha nacionalista árabe, e isso fez dele a única pessoa capaz de unir os árabes e derrotar seus inimigos. A aura carismática começou a desaparecer após o colapso da República Árabe Unida (RAU), mas essencialmente evapora com a derrota de junho de 1967.

Uma razão para esses contratemplos foi a perda gradual do “imperialismo” como alvo da missão nacionalista árabe do Egito. Na época da revolução egípcia, havia pouquíssimos países árabes “verdadeiramente” independentes. Mesmo aqueles que eram supostamente estados soberanos sendo membros nas Nações Unidas, como Egito e Iraque, ainda tinham bases e funcionários britânicos em seus territórios. Assim, o imperialismo, que para os árabes subjugou o colonialismo sob seu guarda-chuva definitivo, tornou-se o tão necessário “outro”⁹ como Said tratou em suas obras- para o nacionalismo árabe. (SAID, 2007)

A cruzada anti-imperialista começou com a empreitada do Egito ao Pacto de Bagdá e, a partir daí, transferiu-se para todos os interesses imperialistas, projetos e supostos agentes da região. O imperialismo era um “outro” conveniente. As “forças imperialistas” eram forasteiras, alheias à região, que haviam cometido muitas injustiças contra o povo árabe e, portanto, estavam “merecendo” os abusos que seriam cometidos contra elas.

E isso em poucas palavras definia muito da luta contra o imperialismo. Era tanto linguagem quanto políticas concretas. Os insultos apressados contra os outrora invencíveis de fora eram tão bons quanto derrotá-los militarmente. E o nacionalismo árabe prosperava enquanto podia usar o movimento anti-imperialista verbal. Só que a força imperialista acabou se esvaindo nos anos 60.

⁹

Said diz que o orientalismo é afiliado à representação do Eu ou do Ocidente e do Outro ou Oriente. Em que o Eu é privilegiado e tem a mão superior para definir e reconstruir o Outro passivo, silencioso e fraco.

De qualquer forma, no rescaldo de junho de 1967, Nasir enfrentou terríveis problemas domésticos que efetivamente exigiram todas as suas energias, e relegaram as questões nacionalistas árabes para a periferia exterior de suas preocupações. Ao desviar-se do nacionalismo árabe revolucionário e de seu ingrediente essencial e a unidade árabe orgânica, Nasir foi, pelo menos em parte, culpado pela crescente proeminência de outras identidades e ideologias concorrentes. Tampouco sua crescente dependência do apoio financeiro de status-quo, dos estados árabes conservadores, que haviam combatido vigorosamente o nacionalismo árabe de Nasir, era um bom augúrio para a saúde e a vibração contínuas do credo nacionalista árabe.

Não foi só o estado, mas também identidades subestatais que competiram com o nacionalismo árabe pela fidelidade das pessoas. Em vários estados árabes, a tribo, a religião e a seita continuaram a ser focos principais, até mesmo primordiais, da lealdade dos cidadãos. Este foi, como já foi citado neste trabalho, um obstáculo considerável ao crescimento do nacionalismo árabe antes da Segunda Guerra Mundial. Assim, com a ascensão espetacular do nacionalismo árabe nos anos 50, tornou-se decididamente fora de moda professar uma identidade tribal ou sectária. Mas isso não significa que essas identidades foram expulsas da consciência das pessoas; em vez disso, eles simplesmente não eram prontamente ou vociferamente propagados.

Outro concorrente do nacionalismo árabe para a lealdade das pessoas era o islamismo radical. Em certo sentido, esta competição é surpreendente, porque existem elementos de ambos em ambos. A grande maioria dos árabes é muçulmana e os períodos mais gloriosos da história árabe ocorreram durante os deslumbrantes impérios islâmicos medievais. Da mesma forma, todos os muçulmanos, moderados ou radicais, não podiam deixar de admitir o papel central dos árabes em sua religião. Afinal, o Islã nasceu na Península Arábica, o Profeta Maomé era árabe e a mensagem de Deus foi revelada em árabe.

Alguns poderiam pensar que os dois movimentos sociais compartilhariam um relacionamento cooperativo. Em vez disso, ele era francamente hostil. Nacionalistas árabes, de Husri a Nasser, aceitaram o lugar especial que o Islã ocupava dentro do movimento nacionalista árabe, mas enfatizaram apenas os aspectos do Islã que eram morais e espirituais. Eles rejeitaram resolutamente as implicações políticas e constitucionais do Islã, e insistiram em sua completa subordinação ao nacionalismo árabe. Os nacionalistas argumentavam veementemente que não eram laços religiosos, mas lingüísticos e históricos, que unissem a nação árabe em um todo coeso.

Mas por que o nacionalismo árabe caiu tão facilmente para essas outras forças políticas emergentes? Como poderia uma ideologia, outrora tão poderosa, desmoronar-se e desintegrar-se por causa de alguns contratempos? O nacionalismo árabe, embora projetasse uma imagem de invencibilidade, na verdade não possui força e vitalidade internas? Estas perguntas foram feitas muitas vezes, e muitas respostas foram dadas.

Uma boa resposta é dada por R. Stephen Humphreys, dizendo que os pensadores nacionalistas árabes tinham olhado para o problema crucial que enfrentavam a eles e seus povos como sendo uma identidade, e não como uma das instituições. A questão era, quem é um árabe, não como os árabes podem construir uma vida política comum e instituições efetivas de governo? Poucos escritores perguntaram seriamente como o estado árabe projetado seria constituído, como as relações entre suas muitas regiões díspares seriam

definidas e como diferentes grupos sociais seriam representados dentro do sistema político. (HUMPHREYS, 1999, p- 62-63)

Embora Humphreys não fale exatamente dessa maneira, o que está implícito aqui é que a incapacidade do nacionalismo árabe de sobreviver a reveses políticos foi, pelo menos em parte, devido ao desinteresse de seus guardiões em criar instituições democráticas viáveis. Numa democracia, os chefes executivos derivam sua autoridade da legitimidade constitucional do sistema político, mas os sistemas autoritários elevam seus líderes políticos a posições de domínio sobre a estrutura jurídico-institucional, tornando assim a legitimidade do sistema político e de seus valores dependente unicamente da credibilidade do líder.

Em outras palavras, quando um líder autoritário cai, a ideologia e os valores do sistema tornam-se singularmente vulneráveis, uma vez que não são sustentados por arranjos constitucionais independentes do líder. Por outro lado, os sistemas democráticos e seus valores transcendem a personalidade, as políticas e / ou a sobrevivência de seus líderes políticos. O nacionalismo operou durante seus dias gloriosos em um mar de autoritarismo, e isso não aconteceu por causa de alguma circunstância infeliz. Na verdade, foi a maneira pela qual o nacionalismo árabe foi definido e desenvolvido, o qual era culpado, se não totalmente pelo menos parcialmente, pela ausência. da democracia. E quando o nacionalismo finalmente estava para ruir, haviam poucas instituições preciosas para resgatá-lo.

Como visto anteriormente neste trabalho, os princípios do nacionalismo árabe, conforme formulados por Sati 'al-Husri, refletiam as idéias do nacionalismo cultural alemão do século XIX. Para os pensadores nacionalistas alemães, unificar a nação era o objetivo supremo e um ato sagrado, que exigia a subsunção da vontade individual à vontade nacional. As noções de liberdade ou liberdade eram distrações e, quando contradiziam a vontade nacional, precisavam ser reprimidas. (KEDOURIE, 1960)

Esse era o legado intelectual sobre o qual Husri deveria construir sua teoria da nação árabe. O nacionalismo árabe, até seu declínio final no final do século XX, continuou a refletir os princípios do nacionalismo cultural alemão. Os nacionalistas árabes advogariam o rejuvenescimento da nação árabe, sua unidade política, seu secularismo e sua soberania. No entanto, refletindo as conotações não liberais do nacionalismo cultural, os nacionalistas árabes teriam pouco a dizer sobre liberdade pessoal e liberdade. Husri uma vez disse que “a forma de governo não era de grande interesse para ele. . . a atenção do público deve se concentrar no problema da unidade: era dever nacional de todo árabe apoiar o líder capaz de alcançar a unidade árabe ” (KHADURRI, 1951)

As crenças nacionalistas de Husri foram evidentemente levadas para as décadas de 1950 e 1960, tornando-se o clamor da avalanche nacionalista dessas duas décadas. Na época, o nacionalismo cultural árabe emergiu triunfante sobre outras ideologias e identidades concorrentes, capturando os corações e mentes daquela geração essencialmente nacionalista, uma geração que acreditava fervorosamente no nacionalismo árabe como o veículo pelo qual um passado cintilante seria transformado em um futuro distinto. Mas isso foi mais fácil dizer do que fazer.

A tarefa à frente estava repleta de dificuldades e obstáculos incalculáveis: havia as potências estrangeiras ainda no controle de muita terra árabe; havia a própria letargia e falta de propósito dos árabes; havia as divisões políticas, criadas artificialmente, como os

nacionalistas acreditavam, mas ganhando claramente aceitação e legitimidade com a passagem do tempo; e havia todas aquelas identidades regionais, sectárias e tribais, que para os nacionalistas árabes eram produtos de “falsa consciência” encorajados e perpetuados pelos colonialistas e imperialistas. Esta seria uma luta titânica e, como os nacionalistas embarcaram, eles naturalmente tiveram pouca paciência para palavras como liberdade, liberdade e democracia.

Não só a tradição intelectual de Husri havia entrado na psiqué nacionalista, mas foi confirmada e acentuada pelas circunstâncias políticas da época. A geração nacionalista das décadas de 1950 e 1960 passou a acreditar fervorosamente que o Ocidente bloquearia de propósito e efetivamente os objetivos do nacionalismo árabe, que veria a visão nacionalista de uma nação árabe independente e assertiva como um movimento perigoso contra os interesses econômicos e políticos ocidentais na região. A luta nacionalista, portanto, tornou-se essencialmente uma luta contra o Ocidente.

Em meio a essa fermentação nacionalista emergiu o carismático Nasir. E ele vilipendia o Ocidente como o "outro" incomumente perene, o imortal némesis dos árabes, o obstáculo determinado ao seu progresso. Em seus discursos, Nasir lembraria continuamente aos árabes sua gloriosa história e sua superioridade militar e intelectual em relação ao Ocidente.

Todas as frases do nacionalismo cultural de Husri estavam lá: A glória da herança dos árabes, a excelência e originalidade de seus antepassados, o poder esmagador dos árabes quando eles estavam unidos, a fraqueza que se seguiu à medida que brigavam e se dissolviam em muitas pequenas entidades, e a necessidade de se unir agora para ser livre e forte novamente

Todavia, a força do ocidente se fez presente mesmo depois dos grandes esforços dos nacionalistas. Os próprios episódios analisados demonstram que os maiores contratemplos se deram devido a intrusão ocidentais nos assuntos árabes que ao exercer seu poder imperioso e avassalador, impedindo os estados locais de efetuarem "mudanças substanciais no número, tamanho ou regimes internos dos Estados".

Consequentemente, diferentemente da Europa anterior ao século XX, em que os governantes locais expandiram seu domínio, consolidaram o reino pela guerra e coerção, nenhum Estado árabe conseguiu acumular poder e território, criando assim a possibilidade de um estado unificado, o ultimato do nacionalismo árabe. As potências ocidentais não estavam prestes a permitir o surgimento no mundo árabe de uma Prússia, e realmente não permitiram

Idéias políticas fazem suas próprias realidades. Freqüentemente, na lógica, eles seguram os homens e, por sua vez, são mantidos por eles, criando um mundo em sua própria imagem, apenas para se desempenharem no final, presos por problemas rotineiros não previstos por aqueles que manipulam o mito, ou vivendo passado e deixando de mover as pessoas de forma suficiente.

E assim foi com o nacionalismo árabe. Muitos fatores atenuaram seu sucesso contínuo. Algumas delas eram internas à região, outras eram externas a ela. Alguns eram inerentes à própria ideologia do nacionalismo, outros surgiram como consequências imprevistas do desenvolvimento histórico. No fim, como ideia e ideologia, o nacionalismo árabe seguiu

seu curso, acabando por falhar porque não podia cumprir sua promessa de trazer a unidade do povo árabe.

No final do século XX, quando o nacionalismo árabe perdeu sua vibração e direção política, quando as pessoas não acreditavam mais na viabilidade, mesmo em uma forma remotamente aspiracional, de uma unidade árabe politicamente abrangente, e como resultado o nacionalismo árabe havia sido ultrapassado por outras forças e ideologias, as pessoas tendiam a esquecer a majestade que o nacionalismo árabe representou. “De todas as ideologias”, escreve R. Stephen Humphreys, “que desempenharam algum papel no Oriente Médio neste século - liberalismo burguês, marxismo, islamismo - nenhuma teve um impacto maior tanto na região quanto no mundo, nenhuma deu mais esperança e ansiedade do que o nacionalismo árabe ”(HUMPHREYS, 1999, p.72)

Uma importante exploradora inglesa que viajou no Iraque nos anos 30, recorda um árabe semi-letrado que lhe dizia: “Para que vivemos, se não as palavras que nos são ditas quando morremos? Diferentemente de todas as pessoas, as idéias, mortas ou ainda vivas, devem ser julgadas não pelo status ou saúde prevalecente, mas pelo que realizaram em seus dias de vitalidade.

O nacionalismo árabe, em seu auge, concedeu muitos presentes a seus filhos: independência do estrangeiro; avanços significativos no caminho para a modernidade social e econômica; um senso de dignidade após os longos anos de colonização; um conjunto de palavras e frases que permitiram aos árabes narrarem sua própria história; uma crença permanente em sua própria capacidade de varrer todos os que duvidam e pessimistas que bloqueiam o caminho para o progresso.

Por muito tempo, os árabes se enfraqueceram sob controle estrangeiro, sofrendo o sentimento de inferioridade ininterrupta tão típica das pessoas que não eram senhores de sua própria casa. E, naturalmente, eles procuravam remédios para equilibrar as probabilidades. Não até a maré nacionalista árabe das décadas de 1950 e 1960 os árabes adquiriram a confiança em suas proezas para acreditar que poderiam enfrentar os poderosos colonizadores.

Os árabes se acostumaram a dar a outra face, não por generosidade, mas por submissão e inferioridade: agora, durante as décadas nacionalistas, podiam se levantar, ser contados e dar um tapa. De certo modo, foi essa regeneração da autoconfiança árabe, essa revitalização do espírito árabe que foi o maior dom do nacionalismo árabe e a realização mais duradoura.

Mas como uma grande dinastia que passa por tempos difíceis, trazendo a ruína ao seu reino, e é eventualmente mais lembrada por suas falhas do que por suas conquistas, o nacionalismo árabe, no final do século, foi lembrado principalmente pelo desastre da guerra de 1967, pelas divisões árabes que levaram à fraqueza, por sua incapacidade de ajudar seus filhos palestinos, por suas palavras grandes, ressonantes e sem sentido, e por ações que se distinguiam apenas por sua mesquinhez.

No final do século XX, muitos árabes viam o nacionalismo árabe não como o espelho que lhes permitira mergulhar em seu passado glorioso e extrair dele possibilidades futuras, mas como o espelho que seus líderes políticos haviam voltado contra seu próprio povo, cegando eles com retórica vazia e impedindo-os de ver o estado verdadeiro das coisas.

E grande parte disso é de fato justificado, em certo sentido, a garantia nacionalista da salvação árabe, do poder e domínio internacionais, baseada na realização do que os nacionalistas acreditavam ser a inevitável consagração do Estado unificado. Mas isso não veio passar. A incapacidade dos árabes de alcançar a unidade árabe assinalou o desaparecimento do nacionalismo árabe, e com isso afundou as esperanças e as expectativas da geração nacionalista. E no final do século XX, havia pouco que restava do objetivo do nacionalismo de unidade árabe, mas os escombros de promessas e esperanças quebradas.

8.Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict R. O'G. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.
- AZIZ, al-Azmeh, “Nationalism and the Arabs,” in *Arab Nation, Arab Nationalism*, ed. Derek Hopwood. (New York: St. Martin’s Press, Inc., 2000),
- BARNETT, Michael N., *Dialogues in Arab Politics: Negotiations in Regional Order* (New York: Columbia University Press, 1998)
- CHEJNE, Anwar C. , “Egyptian Attitudes Toward Pan-Arabism,” *Middle East Journal*, vol. 11, no. 3, Summer 1957
- CHOUEIRI, Youssef, *Arab Nationalism: A History: Nation and State in the Arab World*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000.
- CLEVELAND, William L. *A History of the Modern Middle East*, 2nd ed. (Boulder, Colorado: Westview Press, 2000),
- DAWN, C. Ernest. The Origins of Arab Nationalism In: KHALIDI, Rashid; ANDERSON, Lisa; MUSLIH, Muhammad; SIMON, Reeva S. (ed.). *The Origins of Nationalism Arab*. New York: Columbia University Press, 1991.
- DEVLIN, John F., *The Ba‘th Party: A History from Its Origins to 1966* (Stanford, California: Hoover Institution Press, 1976)
- EDWARDS, John (1985). *Language, Society and Identity*. Basil Blackwell, Oxford.
- GELLNER E., *Nations and Nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983.
- HAIM, Sylvia, ed., *Arab Nationalism: An Anthology* (Berkeley: University of California Press, 1962).
- HEIKAL, Mohamed, *Sphinx and Commissar: The Rise and Fall of Soviet Influence in the Arab World* (London: Collins, 1978)
- HEIKAL, Mohamed, *The Road to Ramadan* (London: Collins, 1975),
- HOURANI, Cecil A. (1983). *Arabic Thought in the Liberal Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOURANI, Cecil A., “The Arab League in Perspective” *Middle East Journal*, vol. 1, no. 2, (April 1947).
- HROCH, M. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.85-106.
- HUMPHREYS, R. Stephen, *Between Memory and Desire: The Middle East in a Troubled Age* (Berkeley: University of California Press, 1999)
- KEDOURIE, Elie, *Arabic Political Memoirs and Other Studies* (London: Frank Cass, 1974)

KEDOURIE, Elie, Nationalism (London: Hutchinson University Library, 1960)

-KHADURRI, Majid, Political Trends in the Arab World: The Role of Ideas and Ideals in Politics (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1970).

-KHADDURRI, Majid, The Scheme of Fertile Crescent Unity:A Study in Inter-Arab Relations," in The Near East and the Great Powers. Edited by Richard N. Frye (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1951).

- KHALIDI, Rashid The Origins of Arab Nationalism. (New York: Columbia University Press, 1991), p. ix. m: Mistaken Identity" *Daedalus*, Summer 1993,

-KHALIDI, Rashid, Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness (New York: Columbia University Press, 1997),

-KHOURY, Philip S. Syria and the French Mandate: The Politics of Arab Nationalism, 1920– 1945 (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987).

- KRAMER, Martin "Arab Nationalism: Mistaken Identity," *Daedalus*, Summer 1993,

- LAPIDUS, Ira M The Arab Middle East: Arabism, Military States, and Islam, 1988

-LITTLE, Tom, Modern Egypt (New York: Frederick A. Praeger, 1967

-MANSFIELD, Peter, Nasser's Egypt (Harmondsworth, Surrey: Penguin Books, 1965)

- MARR, Phebe "The Development of a Nationalist Ideology in Iraq, 1920–1941," The Muslim World, vol. 75, no. 2 (April 1985)

-MORRIS, Benny Righteous Victims: A History of the Zionist–Arab Conflict, 1881–1999. New York: Alfred A. Knopf. 2001 [Original in 1999]

- MUFTI, Malik- Sovereign Creations: Pan Arabism and Political Order in Syria and Iraq Ithaca, New York: Cornell University Press, 1996

-NORRIS, Jacob: Repression and Rebellion: Britain's Response to the Arab Revolt in Palestine of 1936–39. Published Online April 2008

-PODEH, Elie- The Quest for Hegemony in the Arab World: The Struggle Over the Baghdad Pact (Leiden: E. J. Brill, 1995)

-PORATH, Yehoshua: In Search of Arab Unity: 1930–1945 (London: Frank Cass, 1986).

-PORATH, Yehoshua The Palestinian Arab National Movement: From Riots to Rebellion, vol. 2, 1929–1939 (London: Frank Cass, 1977),

-SAID, Edward Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo:Companhia das Letras, 2007.

- SHLAIM, Avi, The Iron Wall: Israel and the Arab World (New York: W.W. Norton and Company, 2000)

-STEPHENS, Robert, Nasser:A Political Biography (New York:Simon and Schuster, 1971).

-TIBI, Bassam (1981). Arab Nationalism: A Critical Enquiry. Edited and Translated by Marion Farouk-Sluglett and Peter Sluglett. Macmillan, London.

- WEBER, Max, The Theory of Social and Economic Organization, translated by A. M. Henderson and Talcott Parsons (London: Oxford University Press, 1947)